

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

VANESSA BARROS ESPÍNDOLA

**O ato de dar nome ao bebê: um recorte sobre a constituição  
psíquica dos bebês internados em uma unidade de terapia  
intensiva neonatal**

SÃO LUÍS/MA  
2017

VANESSA BARROS ESPÍNDOLA

**O ato de dar nome ao bebê: um recorte sobre a constituição  
psíquica dos bebês internados em uma Unidade de Terapia  
Intensiva Neonatal**

**Versão original**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos Clínicos e de Saúde

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isalena Santos Carvalho

SÃO LUÍS/MA

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Espíndola, Vanessa Barros.

O ato de dar nome ao bebê : um recorte sobre a constituição psíquica dos bebês internados em uma unidade de terapia intensiva neonatal / Vanessa Barros Espíndola. - 2017.

76 f.

Orientador(a): Isalena Santos Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Desejo. 2. Nome próprio. 3. Significante. 4. Sujeito. 5. UTIN. I. Carvalho, Isalena Santos. II. Título.

Autor: ESPÍNDOLA, Vanessa Barros

Título: O ato de dar nome ao bebê: um recorte sobre a constituição psíquica dos bebês internados em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: \_\_\_\_ de maio de 2017

#### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isalena Santos Carvalho

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Lívia Janine Leda Rocha

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

A priori, agradeço aos meus pais, irmãos e familiares pelo amor e confiança a mim dedicados, que oportunizaram a concretude de meus estudos.

Aos meus chefes e equipes de trabalho (DETRAN/MA e Casa da Mulher de São Luís) pelo apoio e respeito à minha formação acadêmica.

À Escola de Psicanálise do Maranhão, instituição a qual me vinculo como membro, pela oportunidade de sustentar uma formação em psicanálise.

À Profa. Dra. Isalena Santos Carvalho, pela atenção, apoio, labor e amizade no processo de orientação.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Lívia Janine Leda Rocha e Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard, por dedicarem seu tempo e trabalho, bem como por contribuírem na construção desta dissertação.

Aos meus amigos, parceiros e companheiros de bandas pela paciência e suporte, em especial Marcele Martins, que ouviu pacientemente cada capítulo nas mais variadas versões no decorrer da escrita da dissertação.

Aos companheiros de residência multiprofissional, preceptores, tutores, professores, profissionais que acompanharam e contribuíram de modo significativo com a minha prática com bebês e familiares.

*“As palavras saem quase sem querer  
Rezam por nós dois  
Tome conta do que vai dizer  
Elas estão dentro dos meus olhos  
Da minha boca dos meus ombros  
Se quiser ouvir é fácil perceber (...)  
As palavras fogem se você deixar  
O impacto é grande demais  
Cidades inteiras nascem a partir daí  
Violentam, enlouquecem, não me fazem  
dormir  
Adoecem, curam ou nos dão limites”*

*(Vanessa da Mata)*

## RESUMO

A dissertação visou discutir a passagem do bebê por uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), tomando o conceito de nome próprio como ponto norteador da construção da escrita. Para tanto, laborou-se com a teoria do significante, tal como Jacques Lacan nos lega. Enquanto uma pesquisa teórica, a dissertação se pautou no método psicanalítico que apresenta como característica principal o modo de formular as questões, não buscando generalizações ou certezas e considerando que, no campo das investigações, o pesquisador também sofre efeito do que questiona e do que advém daí. Como a Psicanálise se faz a partir da prática, a discussão é permeada por recortes de trabalho realizado em UTIN com os bebês e suas famílias. A prática assentou-se na fala dos sujeitos que circulavam no ambiente neonatal, trazendo aspectos concernentes ao nascer, adoecer, morrer, curar e ao ato de nomeação que aí se presentifica. A criança tem na palavra sua condição de vida e a fala que lhe é dirigida está sobredeterminada por significantes, o que lhe dá sua dimensão de ser falante. Um sujeito se constitui a partir da operação da linguagem e é o significante que nos mostra o inconsciente estruturado como uma linguagem. O nome próprio erige-se como uma marca que singulariza o ser falante, seu ponto de ancoragem, seu lugar no mundo. É a esse ser falante, advindo de uma falta que lhe estrutura, que a Psicanálise se destina. A passagem pela UTIN tem efeitos no ato de nomeação do lactante. Durante o momento da internação, são comuns alterações nos nomes anteriormente escolhidos. Tais alterações mostram o lugar concedido à criança no desejo dos pais. Desejo que é o passe para o sujeito advir no mundo, enquanto esse que denota um funcionamento que extrapola a consciência, figurando como um intervalo no par significante. O sujeito só ex-iste alienado ao desejo do Outro, como objeto desse desejo, e tem no nome próprio um ponto de amarra de sua constituição. O nome lhe permite uma inscrição, uma descendência, um lugar na cultura, uma aposta de vida ou de morte.

**Palavras-chave: nome próprio, significante, desejo, UTIN, sujeito, discurso.**

## **ABSTRACT**

*The dissertation aimed at discussing a baby's passage through a Neonatal Intensive Care Unit (NICU), taking the concept of proper name as the point of guiding the construction of writing. For that, the theory of significant was used, just as Jacques Lacan left us. While a theoretical research, a dissertation was based on the psychoanalytical method that presents as main characteristic the questions formulation's mode, not seeking for generalizations or considerations and considering that, in the field of investigations, the researcher also suffers the question's effect and what comes from them. As Psychoanalysis is theory produced by practice, the discussion is permeated by cuts of work done in NICU with the babies and their families. This practice was based on the speech of the subjects that circulated in the neonatal environment, working with the aspects involved in being born, getting sick, dying, healing, and to the act of naming the babies there. The child has his condition of life in the words of which it is addressed and overdetermined by signifiers, which give his speaking dimension. A subject is constituted by a language operation and the signifier shows that unconscious is structured as a language. The name stands as a mark that singles out the speaking being, its anchoring point, its place in the world. It is a talking being, coming from a lack that structure, which Psychoanalysis is intended. The passage through the NICU has effects on the act of naming the infant. During the hospitalization's time, the changes in names are common. Such changes show the place given to the child in the desire of the parents. Desire that is the pass for the subject to come into the world, as the one that denotes a functioning that extrapolates the consciousness, figuring as an interval in the significant pair. The subject is only alienated to the desire of the Other, figuring as the object of his desire, and has in his name a mooring point of his constitution. The name allows the child an inscription, a progeny, a place in the culture, a bet of life or death.*

**Keywords:** *proper name, signifier, desire, NICU, subject, speech.*

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>09</b> |
| <b>2. SIGNIFICANTE, DESEJO E FALTA.....</b>                                  | <b>15</b> |
| <b>3. SIGNIFICANTE E NOME PRÓPRIO.....</b>                                   | <b>35</b> |
| <b>4. UTIN, MÉTODO CANGURU E A PRÁTICA.....</b>                              | <b>48</b> |
| <b>4.1 Da contextualização da UTIN e da descrição do Método Canguru.....</b> | <b>48</b> |
| <b>4.2 Das etapas do Método Canguru (aplicação e funcionamento).....</b>     | <b>51</b> |
| <b>4.3 Da incidência da prática como residente.....</b>                      | <b>55</b> |
| <b>4.4 Do conceito de nome próprio e sua interlocução com a prática.....</b> | <b>58</b> |
| 4.4.1 Do recorte dos casos acompanhados.....                                 | 61        |
| 4.4.2 Da discussão dos casos.....  | 65        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>70</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>73</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A passagem do bebê e de seus familiares por uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) denota um bebê que inspira cuidados profissionais, procedimentos invasivos e uma quebra no contato inicial com seus familiares (BRASIL, Ministério da Saúde, 2011). Nessa separação, algumas marcas serão produzidas nessa criança que ocupa a incubadora ou o berço aquecido.

Habitada por bebês com diversas patologias, a UTIN é cenário de investimentos para prolongar a vida orgânica dos bebês. Nesse espaço, é comum que a morte seja tomada como inviável e evitável, expectativa que se sustenta no discurso científico e em seu aparato tecnológico (MATHELIN, 1999). Por vezes, a UTIN afirma-se como um campo de mal-estar generalizado, palco de dúvidas e incertezas em diagnósticos e prognósticos (KRODI, 2008). Esse mal-estar é fruto da insuficiência na resolutividade científica diante de nascimentos marcados por diversos predicados sintomáticos: prematuro, baixo-peso, crônico, malformado.

É nesse espaço que o bebê e seus familiares convivem por um determinado tempo, onde os primeiros laços afetivos são formados. O casal parental traz consigo marcas simbólicas que influem na vinda do bebê ao mundo, na construção de seu lugar de sujeito na família. E, quanto à chegada do bebê, uma especificidade é dada de saída: sua internação numa unidade de complexos cuidados assistenciais.

Parte-se da premissa de que a inscrição subjetiva da criança é dada pela via desejante, o desejo dos pais como a possibilidade de existência de um filho. Logo, é com a noção de desejo à luz da psicanálise que o texto do presente trabalho é iniciado. Nesse referencial, o desejo diz de um submetimento à falta, à castração. É essa falta constituinte dos pais que permite ao bebê uma dimensão desejante, de constituir seu desejo a partir do desejo desses outros, de estar no mundo.

A fala dirigida ao bebê é sobredeterminada pelo inconsciente, o que se mostra por significantes a ele dirigidos, dando-lhe sua condição de ser falante. Diante disso, a formação biológica e corporal da criança é permeada pela linguagem; a construção de sua subjetividade resulta de um investimento pulsional (LACAN, 1964/2008). Portanto, situar como essa fala pode marcar a vida de um recém-nascido, influenciando em sua condição clínica numa UTIN, é fundamental para

tomar esse bebê como algo além de uma massa amorfa marcada por alguma patologia, e esses pais como meros espectadores.

Se a palavra é o que garante vida à criança, é necessário que essa seja falada por aqueles que se ocupam dela, que haja no bebê enfermo uma aposta de sujeito (MATHELIN, 1999). Partindo daí, surgiu o interesse de discutir como a passagem pela UTIN comparece na constituição subjetiva, tendo como norte o ato de nomeação do recém-nascido. O discurso dos pais e as manifestações (expressões corporais e sonoras) dos recém-nascidos foram as ferramentas para pensar as questões que permeiam o ato de nomear um bebê, de dirigir uma fala a ele, de tomá-lo como um filho, inscrevendo-o num mundo de linguagem.

A proposta foi realizar uma pesquisa teórica de questões em psicanálise relacionadas à concepção de nome próprio e a constituição do sujeito desejante, através de leituras e fichamentos dos textos de Freud e Lacan, prioritariamente, bem como de artigos científicos e textos de psicanalistas contemporâneos. O ponto de ancoragem do trabalho é o método psicanalítico que assevera a junção da prática com a teoria. Cabe mencionar que a prática adveio de dois anos de Residência Multiprofissional no setor hospitalar de Neonatologia. A partir do trabalho com os pais e os bebês que passaram pela UTIN nesse tempo, pude observar que o ato de nomeação nesse contexto denota algumas particularidades. Diante dessa experiência, em alguns casos houve uma interferência no processo de escolha do prenome da criança, ora mudando o nome escolhido durante a gravidez, ora escolhendo um nome a partir daquele nascimento marcado por alguma patologia, ora enxertando nomes que sinalizam uma possibilidade de sucesso ou fracasso, de vida ou morte (exemplos: Vítor, Vitória, Davi). Diante disso, surgiu a ideia de laborar com o conceito de nome próprio, tal como a teoria da psicanálise nos mostra, no cenário da UTIN.

O método psicanalítico demarca um trabalho com o discurso do sujeito. O sujeito em questão diz de um sujeito barrado, que está no intervalo de significantes. O intuito de uma psicanálise não é atribuir sentido, mas o interrogar. O inconsciente se faz presente nas mais diversas manifestações humanas, independente de um *setting* analítico ou produções que não dispõem de associação livre como técnica (ROSA, 2004). A internação de um recém-nascido numa UTIN pode se tornar um lugar de escuta das manifestações do inconsciente, desde que haja alguém que se

disponha a falar e quem se coloque para ouvir, tendo como referencial o método psicanalítico.

Partindo do pressuposto de que o sintoma é uma formação subjetiva – uma solução de compromisso entre as instâncias psíquicas, uma manifestação da insistência do inconsciente de se fazer representar – ele aponta para uma verdade do sujeito do inconsciente (FREUD, 1926-29/2006; LACAN, 1969-70/1992). Algo funciona numa dissonância que desconcerta e se arranja nesse compromisso, uma falta que abre buraco no corpo e se recobre num mal-estar numa tentativa frustrada de ser tamponada. Alguns sintomas circundam uma UTIN, conforme são descritos no Manual do Método Canguru (2011): a prematuridade, o baixo peso ao nascer, dentre diversas patologias. Cabe interrogar que manifestações subjetivas são essas e como elas se dão, bem como o que elas suscitam. O método psicanalítico consiste em interrogar o sintoma, escutá-lo como um lugar de fala do sujeito. Ilustrando, é possível perguntar o que uma prematuridade pode dizer sobre a estrutura do casal parental e o lugar que eles determinam para a vinda dessa criança ao mundo.

Outro campo vasto se introduz quando pensamos sobre o que está em jogo quando os pais nomeiam seus filhos, as questões que aí se implicam. O conceito de nome próprio não o toma como significante, mas como tendo valor de função significante, como será explanado no decorrer do terceiro capítulo. Tal asserção demonstra que há um peso e algo de uma sobredeterminação inconsciente no ato de nomear um bebê. Não é algo indiferente e representa uma particularidade no processo de construção subjetiva do novo ser.

Se o sujeito do inconsciente entrecorta os enunciados, denota uma enunciação que transcende uma fala consciente, se ele se manifesta a partir da linguagem e o sintoma é um compromisso que indica algo da verdade desse sujeito, é na fala que algo pode operar e fomentar mudanças. A psicanálise trabalha com o discurso e busca restituir à fala seu estatuto, o que a legitima no campo acadêmico no tocante a produção de um trabalho teórico – por exemplo, uma pesquisa para uma dissertação de mestrado (ROSA, 2004; LUSTOSA, 2003).

Tal método apresenta como característica principal de pesquisa o modo de formular as questões, não busca generalizações ou certezas e considera que, no campo das investigações, o pesquisador sofre os efeitos das descobertas também. Evita abstrações generalizantes e descaracterização, bem como abrangência

imprópria dos conceitos. Permite a escuta de algo que remeta ao inconsciente a partir daquilo que opera na linguagem e na transferência através da associação livre. Quando o ser falante pode ser escutado e se escutar no que isso fala nele, os efeitos do saber inconsciente se dão nele e nos laços que ele produz (ROSA, 2004). Desse modo, o que está no sujeito que fala não diz de um saber sabido, mas sim de um saber inconsciente, aquele que fala não sabe nada desse saber e nem quem o diz (LACAN, 1964/2008).

O pesquisador que trabalha a partir da psicanálise deve estar a serviço das questões que se apresentam; ao observar os fenômenos, interage com a teoria, o que produz o objeto da pesquisa no seu fazer, não antes (ROSA, 2004). Dito de outro modo, a vertente psicanalítica permite ao pesquisador sofrer o efeito e isso aparecer no texto.

Posto isso, o caminho percorrido no segundo capítulo traz a teoria do significante articulada às noções de falta e desejo. Ao falarmos de significante, estamos tratando de operações de linguagem, de funcionamento inconsciente – é fundamental trazer a constituição psíquica para a discussão, uma vez que um sujeito advém de uma operação de significantes, do par de significantes. Como se trata de linguagem, a noção de falta está colocada e, por conseguinte, a possibilidade do advento de um sujeito desejante. A estrutura da linguagem se erige num significante que falta à cadeia de significantes (LACAN, 1964/2008).

A noção de desejo em psicanálise é complexa e se erige como um conceito-chave para tratarmos da teoria do significante. O intuito desta dissertação é trazer o recorte da constituição psíquica do sujeito, partindo da ideia de que ela é dada pela sua inscrição no mundo de linguagem, tomando o desejo como a mola que articula essa operação. A título de contextualização, a concepção tratada aqui é da constituição do sujeito desejante, portanto, sujeito da neurose. Tal caminho foi escolhido para chegarmos ao conceito de nome-próprio de acordo com a teoria lacaniana, bem como os desdobramentos que o ato de nomeação carrega, sendo tratado no terceiro capítulo.

Para tanto, as noções de inconsciente, pulsão e recalque, tal como Freud nos legou, são fundamentais. O inconsciente tem na hiância sua estrutura e seu funcionamento é dado na cadeia significante. Se se trata de laborar com o recorte de

constituição psíquica do bebê que passa por uma UTIN, não há como não se partir do inconsciente como estruturado como uma linguagem.

No terceiro capítulo, a noção de nome próprio é a base. Tomado como uma inscrição numa linhagem, numa lei, o *name*, tal como Lacan concebe, porta um discurso antecedente que nos inscreve numa escrita, funcionando como uma marca inicial que nos singulariza. Seu funcionamento se dá no processo de subjetivação, a partir do laço social, tomado o aspecto jurídico: é o nome legalmente validado que nos designa socialmente, mesmo contra nossa vontade, fomenta nossa inscrição no mundo (BETHANIA, 2014). Iremos responder a esse nome, um meio pelo qual somos convocados, somos conhecidos e construímos aquilo que chamamos de 'eu', 'eu sou fulano', configurando-se alguns predicados aí. O nome próprio aponta a questão da filiação simbólica, um reconhecimento do ser falante no campo social, da cultura, do coletivo a partir de um pertencimento a uma família, marcada por traços singulares.

No quarto capítulo, esboço a questão da particularidade do processo de nomeação numa UTIN, a partir da contextualização do ambiente neonatal, descrevendo as etapas da metodologia Canguru de acordo com a experiência de residente. Para tanto, trato da prática que foi possível, calcada no referencial psicanalítico com bebês, familiares e equipe multiprofissional. Tal prática assentou-se na fala desses sujeitos que circulavam, trazendo aspectos concernentes ao nascer, adoecer, morrer, curar, dentre outros.

Então, discuto algumas questões que permeiam uma gestação, especificamente uma gravidez de alto risco que normalmente acarreta a internação de um bebê num ambiente neonatal. Tais questões remetem a dimensão desejante dos seres falantes envolvidos nesse contexto. Desse modo, é possível questionar se uma mulher ao engravidar coloca o filho num lugar de desejo, o que se situa aí nesse ato de gestar outro ser, bem como indagar acerca da passagem que pode tornar uma mulher mãe, sendo que, na experiência de trabalho, percebi que nem todas fizeram esse deslocamento. E interrogar também os significantes que circundam os sintomas da prematuridade, além de condições perinatais que sinalizam a morte do bebê.

Diante do trabalho com os recém-nascidos internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, houve uma abertura de questões, situando os atores

que interagem e sofrem os efeitos dessa interação. Isso fomentou uma prática centrada na interrogação dos discursos que circulam e circunscrevem os lactentes. Escutar e ler a constituição psíquica do bebê, tomando o recorte conceitual do nome próprio a partir do que foi essa prática consistiu em um desafio. O trabalho de escuta no hospital, apoiado na vertente psicanalítica, possibilitou que uma demanda antes velada, pudesse se dizer. Desse modo, um espaço para quem se dispôs ao trabalho, a falar, encontrou um lugar. E, o que daí adveio? É possível aduzir que de onde o sujeito fala, ele deseja, sendo assim, algo se dá, a cada vez e em cada caso.

## 2. SIGNIFICANTE, DESEJO E FALTA

O que faz um casal falar sobre um filho antes mesmo de seu nascimento, inclusive em tempos remotos a uma possível gravidez? Como esses ditos podem determinar um lugar ao bebê recém-chegado no mundo e influir de tal modo que esse passe sua vida buscando responder a isso que lhe foi dirigido?

A condição subjetiva de um bebê é marcada pelos investimentos que os pais podem fazer nele de acordo com sua condição desejante. Falar em desejo implica em trabalhar com a noção de sujeito dividido, que se constitui a partir de uma falta. A transmissão dessa falta possibilita que a dimensão desejante seja instaurada nesse novo ser que vem ao mundo.

Lacan (1958-1959/2016) mostra que o investimento desejante é dado na operação de linguagem, “toda situação de desejo está profundamente marcada, amarrada, presa a certa função de linguagem, a uma certa relação do sujeito com o significante” (p. 14). O ser de linguagem é um ser que se dirige, endereça sua demanda ao outro. Ao ser lançado no significante, identifica-se com ele. O problemático aí é que o significante não existe sozinho, remete-se sempre a outro e outro e outro..., não encontra o que poderia dar fim a esse deslizamento. No lugar onde é desejado, esse que admirará como falante nada sabe sobre o seu ser e passa a vida procurando responder a isso (LACAN, 1972-73/2008).

Diante dessa problemática, está a constituição subjetiva do humano. Assim, o modo como a criança comparece no discurso do casal, como os pais lhe dirigem sua fala, implica a possibilidade de daí advir um sujeito marcado por uma falta radical que lhe dá sua dimensão desejante. Os investimentos parentais esboçam-se numa tessitura de significantes que formam cadeias, produzindo no seu entremeio o sujeito, um intervalar, dando à linguagem o estatuto do que se enuncia a partir do que falta. Ou seja, a sequência de significantes – elementos dados um a um, a cada vez – traz no seu bojo uma fenda, uma divisão, a exclusão de um que põe a cadeia em funcionamento. Não há um significante que possa dizer o que é o sujeito. Essa falta de um significante é lida como perda, funda a operação de divisão radical na qual um significante sozinho não é nada, nunca se encerra num sentido, remetendo-se sempre a outro significante, para daí o sujeito, um intervalo, se dar como produto (LACAN, 1968-69/2004).

Portanto, falar de linguagem requer ressaltar uma hiância estrutural. A existência da linguagem abarca uma falta que lhe estrutura e permite seu funcionamento. Segundo Lacan (1957/1998):

(...) as coisas não podem fazer mais que demonstrar que nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação: o que toca, em última instância, na observação de que não há língua existente à qual se coloque a questão de sua insuficiência para abranger o campo do significado, posto que atender a todas as necessidades é um efeito de sua existência como língua. (p. 501).

A linguagem comporta significantes e significados, dissociados entre si. Lacan subverte a lógica saussuriana e posterga que o significado não se amarra ao significante, justamente por essa hiância que fundamenta a estrutura de linguagem: falta um significante. Eis a marca da castração que condiz com a barra no Outro, dimensão que permite a instauração da condição desejante e, por sua vez, um lugar no qual o sujeito pode vir a se inscrever. Desse modo, o significante não tem como função representar o significado, sua existência não está determinada ou vinculada a um significado qualquer. Sua estrutura reside em ele ser articulado: cada significante representa a pura diferença (reduzem-se a elementos diferenciais últimos – os fonemas) e está submetido a uma ordem fechada (estrutura-se em cadeias). O que permite que haja uma significação é que um significante se remeta a outro significante, deslizamento incessante do significado sob o significante: o sentido insiste na cadeia do significante, mas nenhum significante consiste na significação (LACAN, 1957/2008).

É na linguagem que reside algo peculiar ao sujeito, sujeito aqui do inconsciente que desliza e busca se atualizar, insistindo em se fazer representar no significante, no ato da fala. Tal representação sempre falha: na operação de linguagem, um significante se remete a outro significante e o sujeito subjaz no entre, sempre desliza. Ao abrir a boca e enunciar palavras, algo pode irromper no meu discurso, indicando algo além do que eu intenciono dizer, que fala a minha revelia. Não existe palavra última nem sentido absoluto, o que existe é um limite, um sentido que é possível para cada um, a cada vez. Eis o deslizamento que denota o “passear”, digamos assim, do sujeito do inconsciente, a sobredeterminação que Freud nos lega com a psicanálise (LACAN, 1972-73/2008). O que nos leva a lembrar de Lacan (1957/1998) ao aduzir que o sujeito do significante é diverso do sujeito do

significado, indagando se ao falar de mim, sou idêntico àquele de quem falo. Diante do que ele traz não há como pensar que sim.

Então, o que anima o deslizamento do sujeito na cadeia significante? O desejo. Este é sempre metonímico, desejo de outra coisa, que se fixa nas reticências da cadeia significante, apontando sua indestrutibilidade. O desejo inconsciente funda o sujeito no seu advir no mundo a partir do endereçamento ao Outro. A linguagem o captura no ponto em que ele se humaniza, denotando alguma coisa que remeta ao caráter singular do sujeito (LACAN, 1953/1998).

Lacan (1960b/1998, p. 828) diz: “o desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade”. Desse modo, a falha que nos permite a operação da linguagem é introduzida pela necessidade na impossibilidade de uma satisfação universal, abrindo a via pela qual a demanda, apelo incondicional ao Outro, pode se dar. Tal via é o desejo. O humano ao nascer é totalmente dependente de outro. Se alguém não se ocupar dele, o mesmo sucumbe e morre. Sua possibilidade de inscrição no mundo, sua constituição subjetiva, é marcada por uma linguagem, pelo Outro que opera, tirando-o de uma condição de pura necessidade, transformando-a em pedido (sempre demanda de amor) pela via do desejo desses que investem no bebê. Assim, é preciso que a necessidade se some à demanda, “para que o sujeito faça sua entrada no real, enquanto a necessidade transforma-se em pulsão, uma vez que sua realidade se oblitera ao se tornar símbolo de uma satisfação amorosa” (LACAN, 1960a/1998, p. 662).

O que ocorre nessa operação é uma desnaturalização do humano, sua entrada no mundo já está marcada por algo que não encerra uma satisfação absoluta, cujo impasse, tensão, *quantum* de não satisfação o impulsiona para a vida. Freud (1915a/2004) nos diz que a pulsão é a marca dessa desnaturalização, é o que denota nossa diferença dos animais. Esses têm instinto, cuja satisfação finda a corrente de tensão e encontra resposta num saber prévio. O que nos permite afirmar que no caso do instinto, a satisfação é absoluta. Por sua vez, um estímulo pulsional busca seu alvo, a satisfação tomada como o que suspende a tensão, mas nunca a encontra plenamente. Sempre sobra algo que é reinvestido, algo dessa tensão pulsional, cuja impossibilidade de descarga total faz a pulsão exercer uma pressão que não se encerra. Com base nisso, Freud a conceitua como uma manifestação interna do organismo (sua fonte é interna), uma força constante situada entre o

psíquico e o somático. Lacan (1964/2008) afirma que a pulsão encontra satisfação parcial ao circular um trajeto, as bordas dos objetos, sendo o objeto o que há de mais variável para a pulsão.

Desse circuito pulsional advém um impasse, não há satisfação plena. Um bebê quando chora faz apelo ao outro, desde que ele já tenha sido marcado por essa presença Outra encarnada pela mãe. Sua mãe pode escutar nesse choro uma convocação, ler que seu bebê lhe pede algo com esse choro, desde que ela se disponha a amparar esse que berra.

Permito-me aqui um adendo, a maternidade não diz de uma condição necessária e obrigatória às mulheres que parem seus filhos. O trabalho na UTIN e no setor do Banco de Leite do hospital me mostrou isso. É preciso uma passagem, um deslocamento para que uma mulher veja e funde nesse bolo de carne, um sujeito. A passagem requer que ela esteja em falta, inscrita numa referência fálica e possa demandar esse bebê como aquele que pode entrar na rede de objetos parciais para aplacar parcialmente sua falta, como um substituto de algo que ela não tem e nunca virá a ter. O choro para ser lido como pedido, precisa passar pela demanda de uma mãe por um filho, para que aí haja lugar para uma inscrição subjetiva. É no ato de se ocupar dele que ela mostra sua falta e inscreve marcas simbólicas no bebê. Comparece para tentar satisfazê-lo, dando sentido ao seu choro, tirando-o da situação de desamparo, de tensão.

Sendo assim, não é em si mesmo que o bebê tem satisfação, seu choro lhe proporciona certa descarga de tensão, mas sem alguém do mundo externo que lhe ampare, ele sucumbe. Esse alguém, a mãe, ao comparecer, traz em sua presença um amparo. Ao falar com o bebê, dar sentido e alento ao seu choro, ela encarna um lugar Outro, num esboço de alteridade, inscrevendo uma série de significantes que irão marcar sua constituição psíquica, tirando-o da dimensão de pura necessidade e instaurando uma dimensão desejante. A partir daí, o bebê passa a demandar, há uma disjunção de saída entre o que é pedido e o que é recebido. A criança, uma vez inscrita na linguagem, endereça sua demanda à mãe e pede que essa lhe diga o que ela, a criança, quer (LACAN, 1957-58/1995).

Temos aí uma operação fundante que fomenta marcas no bebê, no auge de sua dependência, o filhote humano recém-nascido recorre à alucinação quando se depara com situações de acúmulo de tensão novamente, como uma tentativa de

realização de desejo. Entretanto, nesse momento posterior, o choro já não se resume a uma necessidade orgânica, o choro torna-se um pedido, o grito tomado como uma manifestação de linguagem (FREUD, 1895/1995; LACAN, 1956-57/1995). O choro do bebê traz uma ruptura, um traço da abertura que fomenta o surgimento de uma ausência, é o grito que advém como silêncio (LACAN, 1964/2008).

Trazer o conceito de pulsão a partir da sua articulação com a linguagem, com a noção de significante, é importante para contextualizar a constituição subjetiva do humano. Toma-se como base a estrutura mínima de linguagem ( $S_1 \rightarrow S_2$ ), marcada pela operação significante. O significante ( $S_1$ ) se remete a outro significante ( $S_2$ ), nunca a um objeto, denotando de início uma falta, que se repete a cada vez, permitindo o deslizamento de significantes nas cadeias que se formam. A função propriamente significante que se desenha na linguagem é a metonímia, palavra por palavra, uma conexão na cadeia (LACAN, 1957/1998).

Tomando como base esse funcionamento metonímico, temos que o campo do Outro diz do lugar da fala, cuja presença denota alteridade, guarda a dimensão da verdade que emerge do aparecimento da linguagem. No inconsciente, essa dimensão de verdade se enuncia e é inacessível ao saber, constitui-se como enigma e jaz como um semi-dizer (LACAN, 1968-69/2004). Se o Outro é o lugar da fala, é a partir da sua dimensão de alteridade que se engendra a constituição de um sujeito de linguagem, que desliza pela cadeia de significantes ( $S_1, S_2, S_n$ ), empreendendo a tentativa de encontrar algum sentido. Sempre limitado, uma vez que a realidade que se constitui para cada um é emoldurada e recortada pela fantasia, ou seja, os significados que o sujeito vai atribuir à sua vida se configuram a partir das marcas que lhes foram transmitidas a partir do Outro. Sujeito que para existir se aliena ao desejo do Outro, única condição para inscrever seu desejo (LACAN, 1968-69/2008).

Lacan (1960b/1998) revela que o desejo do homem ganha forma como desejo do Outro, abarcando uma espécie de opacidade subjetiva que é representada pela falha que a necessidade aponta. Não sou pleno em mim mesmo, o que me faz dirigir meu pedido ao Outro, para que ele diga o que ele quer de mim e por inversão, o que eu quero. O homem não sabe o que deseja nem a partir do que deseja, uma vez que é como Outro que ele deseja. O desejo é sempre de outra coisa, o puro furo que organiza a cadeia significante, articulável na via da demanda, que é sempre pedido de amor.

Nesse mesmo texto, Lacan prossegue com a premissa de que o inconsciente é o discurso do Outro, ou seja, é a partir do discurso do Outro que se dá o ato em que o sujeito pode se constituir. Um sujeito está no intervalo, no entremeio dos significantes, é produto dessa operação, é o que impede que os significantes se colem. O sujeito reside enquanto um hiato entre os significantes. Depende deles, pois tem no significante um representante. Eles não se equivalem, um significante representa o sujeito na cadeia junto aos outros significantes (LACAN, 1972-73/2008). Como o ato é sempre do significante, é aí que o inconsciente se escreve: como ato do significante que se dá a cada vez, possibilitando que a linguagem opere. Retomando Lacan (1968-69/2008), a combinação dos significantes guarda em seu âmago uma falha de estrutura, e é essa falha que a apoia, é o que possibilita que algo se dê. Com a teoria do significante, Lacan nos indica a leitura do inconsciente como os efeitos da fala sobre o sujeito, uma construção que já estava em Freud sob o conceito de sobredeterminação.

É no encadeamento significativo que uma fala pode ser dirigida a outrem. E esse movimento ao outro se dá sempre por um pedido. A demanda que os pais fazem ao seu bebê comparece na imagem e na linguagem, eis a via pela qual o desejo é articulado (LACAN, 1953/1998). Eles ofertam um espaço, uma estrutura significativa que opera como uma espécie de pré-forma, dando à criança antes do seu nascimento uma inscrição. Lacan assevera o inconsciente como discurso do Outro, a partir da prematuração simbólica pela qual a criança se inscreve, o que lhe dá a possibilidade de existência. Tal prematuração se expressa:

(...) o sujeito tem de surgir do dado dos significantes que o abarcam num Outro que é o lugar transcendental destes, através do que ele se constitui numa existência em que é possível o vetor manifestamente constitutivo do campo freudiano da experiência: ou seja, aquilo a que se chama desejo. (...) o sujeito do desejo não é nada além da Coisa (*das Ding*) que é dele o que há de mais próximo, embora mais lhe escape (LACAN, 1960a/1998, p. 662).

Desse modo, para que exista sujeito é preciso que haja desejo, que haja Outro. Esse concede ao primeiro os significantes que irão lhe constituir. A mola que fomenta no Outro o surgimento do sujeito por entre os significantes é o desejo, o furo no Outro, no qual perdura a possibilidade de um sujeito se inscrever. O furo no Outro é anterior ao sujeito, mas como se trata do inconsciente e sua temporalidade é marcada por um só depois, algo que estava lá de saída só pode ser confirmado retroativamente. Com a vinda do bebê ao mundo e o desdobramento de sua

constituição enquanto sujeito, as operações que vão instituir sua estrutura dependem dessa falta no Outro poder ou não ser ratificada, a dimensão do desejo no Outro que funda o sujeito desejante só advém do Outro barrado.

O desejo dos pais promove incidência dos efeitos de significante no sujeito. Isto é, o discurso esteve ali desde o começo permeado pelo desejo que pôs os pais a falarem esse novo ser, nas expectativas em torno de gerar um filho. Nessa fala dirigida, alguns significantes vão marcar a vida desse bebê, no que ele vai buscar, sem saber, respondê-los. Tais inscrições não são acessíveis nem para quem fala nem para quem é falado, denotando uma divisão subjetiva: algo fala em mim e me determina, algo que eu não tenho a mínima ideia sobre. E é justamente por portar uma dimensão inacessível que essas inscrições sobredeterminam qualquer ato ou esfera da vida do ser falante. Lacan (1957/1998) revela que o inconsciente não deixa nenhuma de nossas ações de fora de seu campo, mencionando que a experiência analítica estabelece bem isso para nós. É no drama do verbo que o sujeito experimenta sua falta-a-ser, a estrutura da falha como constitutiva (LACAN, 1960a/1998).

Logo, o ser falante tem marcas impressas em si mesmo que o sobredeterminam, legadas por um Outro que falou sobre ele antes mesmo do seu nascimento (anterioridade simbólica). Esse Outro, encarnado pelos pais num primeiro momento, com seu desejo, inscreve o sujeito no mundo de linguagem. Lacan (1960b/1998) revela que o Outro é o lugar dos significantes e não do código, uma vez que não há uma correspondência unívoca entre o signo e o que ele representa. Cabe ressaltar que Lacan (1957-58/1999) elabora inicialmente o Outro como tesouro dos significantes, referido ao lugar do código. Entretanto, refaz o conceito, uma vez que se dá conta de que há um furo no Outro, que ele está barrado  $S(\mathcal{A})$ , que lhe falta um significante que possa dizer o sujeito, que encerre um significado último. Toma o Outro como sítio prévio do puro sujeito do significante, afirmando que o significante é composto por uma reunião sincrônica e enumerável, cuja sustentação só advém do princípio de oposição a cada um dos demais. Os significantes são pura diferença, elementos dados na cadeia um a um (LACAN, 1960b/1998).

A criança recebe marcas que antecipam e determinam sua existência, marcas que se dão no desejo do casal parental que o impulsiona a falar sobre seu

filho, às quais ele vai responder pelo resto de seus dias. Nas palavras de Lacan (1960a/1998, p. 659), “um polo de atributos, eis o que é o sujeito antes de seu nascimento (e talvez seja sob o acúmulo destes que irá claramente sufocar). De atributos, isto é, significantes mais ou menos ligados num discurso, (...), quando se tratar da estrutura do Isso”. Desse modo, o desejo dos pais remete à determinação do desejo pelos efeitos do significante no sujeito, a anterioridade simbólica.

Esses significantes que marcam o sujeito não são muitos, constituem uma ordem fechada que se apresenta e se repete na vida do falante. O trilhamento é infinito, mas a repetição dos mesmos significantes é dada de variados modos na cadeia. O inconsciente é uma cadeia de significantes que repete e insiste para se dizer, atualizar-se no discurso. A atualização faz corte nesse discurso, sinalizada no tropeço, na ruptura de uma fala, brechas da cadeia significante que asseveram a estrutura do sujeito como descontinuidade na realidade, expressas nos fenômenos marginais que são as formações do inconsciente: sonhos, chistes, lapsos e sintomas (LACAN, 1958-59/2016).

O inconsciente erige-se como discurso do Outro, campo do significante, que determina o lugar que a criança se inscreve, dando-lhe sua possibilidade de existência (LACAN, 1960b/1998). A inscrição simbólica do sujeito se dá no fio do desejo do Outro. Lacan, mencionando Freud (1960a, p. 659) no tocante ao sujeito criança, indica: “(...) sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo, e o tênue fio de sua verdade não pode fazer com que ela já não costure um tecido de mentira”. Denota que a criança tem na base de sua existência inscrições que lhe são inacessíveis, marcas impressas em sua constituição psíquica, erigindo-se a partir de algo que é legado pelo Outro, esse algo tomado aqui como desejo, o qual ela vai precisar responder e para tanto vai encobrir, vai construir um envoltório egoico, uma recoberta desse lugar vazio que mostra que na origem há um buraco, uma falta estrutural.

O aparato que o humano vai usar para referir ao seu ser, Eu, é um engodo de qualidades e características construído para dar conta de algo que se inscreveu a partir de uma falta. Uma antecipação na imagem que o outro lhe demarca no espelho, um desconhecimento que inaugura as identificações egoicas. No decurso da vida, não há um significante que diga do sujeito, esse só desempenha uma função apenas de falta (LACAN, 1960b/1998).

Quanto aos significantes, Lacan (1964/2008) revela que são eles que instituem as relações humanas e seu arcabouço. O humano, ao falar, entra na civilização marcado por uma prematuridade e anterioridade simbólica – a cultura já imputa um registro, um discurso anterior ao qual ele se insere –, submetido a uma estrutura de linguagem, mesmo a sua revelia.

Aquilo que garante sua entrada no mundo de linguagem é o que desnatura o sujeito. O objeto *a* funciona como esse bilhete de entrada na cultura, denotando uma perda de gozo de saída como o preço para que haja vida e que se goze um pouco a cada vez. O gozo absoluto seria a morte. Então, o que existe é uma estrutura que institui a fala a partir da referência e do endereçamento ao Outro, na busca de dizer do ser do sujeito, de tamponar o buraco de estar no mundo sem amparo, na esperança de que no Outro haja esse significante que diga de seu desejo e, por consequência, do desejo do sujeito: “*che vuoi*<sup>1</sup>?”.

O investimento pulsional (registro da desnaturalização do humano), que o Outro faz no sujeito a partir do endereçamento, é o que não cessa de se inscrever e no seu trajeto circula os buracos do corpo, circunscrevendo-os com a linguagem, dando um contorno simbólico (LACAN, 1968-69/2004).

A estrutura se apoia na falta de um significante inaugural, o qual funda a cadeia dos significantes, impedindo que eles estejam amarrados a sentidos ou encerrados num objeto qualquer; não é sem o objeto, mas é da falta de objeto que se trata.

Lacan forja um objeto, o *a*, para representar a falta de objeto, o resto da operação significativa que cai e se desloca pela cadeia, impulsionando seu funcionamento. O objeto *a* abarca os objetos sempre parciais, destacáveis – bico do seio, címbalo etc. –, aqueles que mostram o corte, a impossibilidade de um objeto nos completar; permitindo um deslizamento e funcionando como causa de desejo, um recobrimento que assevera uma falta. Tem-se que a perda comanda e se atualiza no discurso corrente, deslizando pela mais variada gama de sentidos, fomentando a repetição dos significantes que marcam os seres falantes. Os significantes não se produzem sem que o objeto seja perdido. Assim, a falha é tomada como perda e comanda o discurso, a falta primordial da linguagem advém de um significante que falta ao Outro  $S(\bar{A})$ , impedindo que o lugar da fala contenha

---

<sup>1</sup> Que queres?

todos os significantes. Falta um, o Outro é barrado, castrado, possibilitando a inauguração e inscrição de cadeia de significantes. Tal falta é articulada pela via do objeto *a*, uma vez que o significante não pode representar-se a si mesmo. Como? O que se perde na representação de um sujeito de um significante para outro significante é o objeto *a*, objeto causa de desejo, enquanto resto da operação significante (LACAN, 1968-69/2004).

Em se tratando de operação significante, temos que o sujeito é o produto. Lacan (1961-62/2003) assevera que esse funciona nessa espécie de miragem do mundo, onde sua vida é vivida no que ele a fala, em como essa vida entra no discurso, ou seja, por meio da linguagem. Os efeitos da combinatória do significante determinam a realidade<sup>2</sup>. Dito de outra maneira, as coisas existem para nós a partir do momento em que elas são ditas. É o significante que possibilita que as coisas existam para nós, uma vez que cada uma delas passa a existir ao passo que são faladas, mas subjazem ali apenas num caráter aproximativo, ou seja, nosso acesso ao mundo de coisas é sempre intermediado pela linguagem, nunca direto. A função do significante é de aproximar as coisas, e, elas restam ali aproximativas, nossas referências (homem, mulher, criança etc.) asseveram que nossa existência é dada a partir do significante (LACAN, 1972-1973/2008).

O significante tem efeito de significado e entre os dois há uma barra, do recalque, que marca uma desnaturalização do humano e da impossibilidade de acesso direto ao mundo. Isso é capital, uma vez que o significado não encerra o significante. A barra impede que haja um ponto de amarração, eles se distinguem. Nesse nível, o significado falha ao se remeter ao referente, não há correspondência. A barra aponta uma divisão, um corte, e isso que divide, já comparece disjunto. O que nos leva ao funcionamento do significante no que concerne a sua relação com o significado (LACAN, 1972-1973/2008).

Um significante sozinho não é nada, representa o sujeito para outro significante. Não é abarcado num sentido, é bífido e representa pura diferença. Lacan (1968-69/2004, p. 18-19) afirma:

Observem bem que quando falo do significante, falo de alguma coisa de opaco; quando digo que é necessário definir o significante como o que representa um sujeito para um outro significante, isso quer dizer que ninguém saberá nada disso exceto o outro significante. O sujeito está ali sufocado, apagado, imediatamente, ao mesmo que tempo que apareceu.

<sup>2</sup> Para Freud e na sua retomada por Lacan, o termo realidade sempre está referido à realidade psíquica.

Trata-se justamente de ver por que alguma coisa desse sujeito que desaparece por estar surgindo, produzido por um significante para imediatamente se extinguir no outro (...). Ora, muito precisamente o que isso quer dizer é o que o significante, sob qualquer forma que se produza, em sua presença de sujeito, naturalmente, não poderia atingir seu representante de significante sem que se produzisse essa perda na identidade que se chama, propriamente falando, de objeto *a*. É o que designa a teoria de Freud no que concerne à repetição (...).

A operação significante – par ( $S_1 \rightarrow S_2$ ), não há um sem o outro – produz um sujeito evanescente. Um significante só pode representar o sujeito para outro significante, desde que haja uma perda de identidade, que ele denomina de objeto *a*, (fundado a partir dos efeitos do que se passa no campo do Outro) e, por conseguinte, a repetição. Essa operação assevera a dependência do sujeito aos significantes, se há um lugar para o sujeito é no ato de um significante se remeter a outro. O que se dá na cadeia é  $S_1$ , corte,  $S_2$ , corte,  $S_3$ , corte,  $S_n$ , resultando nessa estrutura esburacada que engendra uma ordem de se inscrever a cada vez, insistindo em se fazer representar, mas sempre falhando nessa tentativa. O que se repete aí é essa falha, o circuito que a contorna, cuja regência é um funcionamento de algo que se produz como que por acaso, como nos diz Lacan (1964/2008). Um acaso que permeia uma regulação pela via de uma falta que inaugura a estrutura, fomentando encontro com ela a cada vez no corte que o significante faz no discurso, que não traz no seu bojo um sentido absoluto – um significante, a rigor, não significa nada.

Uma hiância se abre e o sujeito submerge, desaparece, apresentando-se como um não estar ali projetado sobre um plano onde ele é reconhecido (LACAN, 1962/2003). No ato de dizer, o sujeito faz sua passagem no que o significante entrecorta o discurso. Ao tentar corporificar ou localizar tanto o sujeito quanto o significante, esbarramos no impossível e o que resta é o efeito do que foi dito. Não se consegue nem atribuir a si próprio a autoria disso. Algo fala em mim, à minha revelia, no que me dirijo ao Outro e quando o faço, é para pedir. Qualquer identidade, tomemos no sentido de reconhecimento, é perdida aí: o sujeito ao se endereçar o faz como objeto do desejo do Outro.

O significante primeiro ( $S_1$ ) é suposto numa lógica retroativa, no que  $S_2$  (saber – está no campo do Outro) convoca, uma vez que o inaugural ( $S_1$ ) está excluído da cadeia, sustentando-a e possibilitando que ela se dê (LACAN, 1968-69/2004). É como traço inicial que  $S_1$  se dá, no que ele fica fora da cadeia, dando

margem para que o primeiro traço da cadeia se dê (a repetição de  $S_1$ ) e os outros em sequência. Desse modo, um está fora, é repetido para que a cadeia dos demais se forme:  $S_1$  é repetido para que  $S_2$  seja convocado e os demais significantes se coloquem.

Lacan (1961-62/2003) faz uma analogia com as pinturas rupestres tratando da origem da escrita e sua relação com o nome próprio, a partir do traçado significativo. A descoberta da escrita é um caminho para pensarmos esse momento inaugural, da relação  $S_1... S_1 - S_2$ . O homem primitivo marcava rastros em fila em costelas de antílopes (ossos), cuja manifestação pode ser lida como um traçado significativo. Um primeiro traço sozinho não indicava nada, mas na sua repetição, o seguinte e os demais eram marcados nesses ossos, adquirindo uma função simbólica: a possibilidade de representar algo – uma experiência de caçada ou uma vivência qualquer –, e de serem lidos. Os traços entre si são pura diferença, sendo na ordenação deles que algo pode ser transmitido.

O advento do sujeito só é possível no par significativo, já que um significativo tem por função representar um sujeito para outro significativo. O sujeito, enquanto esse que desliza na cadeia, noticia sua passagem no rastro deixado no entremeio de significantes. É no endereçamento do sujeito ao Outro, dado na linguagem a partir dos significantes, movimento regulado pela via desejante, que o falante pode se encontrar a cada vez com aquilo que lhe deu a vida, um furo nesse Outro [ $S(A)$ ]. É aí que o sujeito pode encontrar uma inscrição e um lugar para constituir seu desejo, sempre alienado à falta, desejo do Outro. Em termos de linguagem, falta um significativo no Outro que possa dizer sobre o ser do sujeito, no inconsciente não há uma inscrição possível disso.

O objeto *a* se funda a partir dos efeitos do que se passa no campo do Outro, implicando sua estrutura, permitindo que o sujeito ao advir no entremeio de significantes, possa se inscrever aí, no buraco que o *a* cava no Outro. Assim, o sujeito nasce no que no campo do Outro surge o significativo, o que antes não era nada senão sujeito por vir se coagula no significativo. O sujeito não existe a não ser pelo significativo. Portanto, sua identificação só é possível ao significativo (LACAN, 1968-69/2004).

O sujeito articula sua demanda a partir do seu endereçamento ao Outro, só assim posso ser convocado e/ou posso pedir. Essa demanda segue o percurso de

investimento pulsional e se fixa nas bordas dos objetos parciais que foram circunscritas na relação com o Outro. A primeira encarnação desse Outro é a mãe. A relação entre ela e a criança define uma constituição subjetiva onde o reencontro com o objeto da demanda permite que o sujeito encontre um lugar a partir do desejo do Outro. É como objeto que a criança pode enviar sua mensagem à mãe, seu lugar de sujeito só está enquanto objeto. A mãe, por sua vez, ao sentir-se convocada, pode receber e responder. O objeto *a* (causa de desejo) permite que se demande, uma vez que o pedido é articulado na via desejante, no significante. Tal demanda é dupla, a criança demanda a mãe, tal como a mãe demanda a criança. Não existe demanda que não passe pelo significante. Nessa relação, os lugares dissimétricos se definem, a criança (sujeito) reconhece-se e é reconhecida como objeto do desejo da mãe (Outro) (LACAN, 1968-69/2004).

O sujeito se agarra na pulsão, uma vez que a borda pulsional diz da cadeia significante, e se faz objeto *a*, movimento que só se dá pela passagem pelo Outro. Em seu movimento de abrir para se fechar, o inconsciente dá o ritmo pelo qual o sujeito nasce dividido, por nascer com o significante. Ou seja, sua constituição está dada na identificação ao significante. Logo, quando se fala de funcionamento do significante, trata-se do modo de funcionamento do inconsciente, aquilo que demarca algo do sujeito, de sua passagem, eis o que interessa (LACAN, 1964/2008).

Para tanto, Lacan (1953/1998) chama nossa atenção ao que ele define como função da fala: introduzir o sujeito numa relação dissimétrica com o Outro, instalando cada um em lugares distintos. É o furo do Outro que dá lugar ao sujeito, que o introduz no significante, que sobredetermina a história de cada um. Desse modo, o sujeito está no mundo a partir da sua inscrição no significante, que está no campo do Outro, o que assevera uma disjunção inaugural – o sujeito e o Outro não são complementares. Isso nos dá a pista para pensarmos a fala como o que nos insere na cultura. Voltaremos a isso mais adiante.

É a fala que nos dá nossa condição de seres de linguagem, o que traz a dimensão do sexual como uma fissura da qual não se tem resposta, um buraco inicial que está na origem. O sexual figura-se como uma incidência desarmônica do desejo: um desejo de nada é o que me funda enquanto sujeito, que me dá a ilusão

de que eu 'sou' algo no desejo do Outro e de que existem objetos que venham a me dar alguma consistência (LACAN, 1968-69/2004).

Freud (1914/2010) revela que o sexual se funda a partir da relação do bebê com as pessoas que se ocupam dele no cuidado, proteção e nutrição, afirmando que as primeiras satisfações autoeróticas estão ligadas às funções de autopreservação. As pulsões sexuais – libido, energia psíquica do desejo – investem o corpo, erogeneizando-o a partir do contato com esses que se tornam os primeiros objetos sexuais da criança (a mãe). O desejo convoca a mãe a inscrever esse ser num mundo de linguagem, imprimindo nele marcas subjetivas.

Lacan (1953/1998) afirma que a origem é o significante e o sexual é a não resposta para a nossa existência no mundo, para a nossa inscrição como sujeitos desejantes. Tal inscrição se dá a partir do significante fálico sustentado na operação da metáfora paterna: o significante Nome-do-Pai vindo se colocar no lugar de x do desejo da mãe, promovendo sua interdição diante do filho e vice-versa. Assim, como metáfora, o significante (Nome-do-pai) substitui o significante do desejo da mãe, recalçando-o. Lacan (1964/2008) afirma que a metáfora consiste na substituição de um significante por outro, em última instância, constitui a queda de um significante. Não há metáfora sem a expulsão de um significante, o que oportuniza uma abertura para novos sentidos.

O sexual se reveste de amor, o que vemos nas primeiras experiências sexuais da criança em relação aos pais, que figuram como os primeiros objetos de amor. Com Lacan (1958-59/2016, p. 13), “embora o desejo pareça, com efeito, carregar consigo um montante de amor, trata-se muitas vezes de um amor que se apresenta à personalidade como conflituoso, de um amor que não se declara, que inclusive se recusa a se declarar”. Aqui, ele afirma que há uma ligação entre o amor e o desejo, mas ela é de ordem paradoxal. É sobre esse amor sexual que a criança dedica aos seus pais, tomando-os como objetos nos primeiros anos de vida, que a barra do recalque vai incidir e rechaçar o sexual. Lacan (1972-73/2008) diz que o amor é em sua essência narcísico e o desejo é o resto, o esteio da insatisfação do amor, a impossibilidade de satisfação plena num objeto. Além disso, traz uma distinção desse amor narcísico, amor fálico, aquele que se remete a identificações imaginárias, amor à imagem, a minha imagem no outro; e amor como signo, que envolve um endereçamento ao Outro, passando pela linguagem.

Um parêntese pode ser aberto aqui. Lacan (1960b/1998) nos chama atenção para um fantasma de Onipotência do desejo do Outro, ao qual meu desejo se constitui. Se Ele pode tudo em seu desejo, eu também posso, numa tentativa de apagar a falta e a diferença. Algo há de refrear essa fantasia de onipotência, a Lei, a rubrica do significante Nome-do-Pai, que se origina no desejo incestuoso e interdita a criança de fazer um com a mãe. O desejo inverte o incondicional da demanda de amor pelo qual o sujeito criança permanece assujeitado ao Outro, para tirá-lo dessa condição de assujeito. Enquanto uma margem que transforma a necessidade em demanda, pela falha que a própria necessidade introduz diante da impossibilidade de uma satisfação universal, o desejo funciona como a mola para essa criança advir no mundo como sujeito desejante, fazer um endereçamento ao Outro, pela instauração e mediação da Lei. É com um corte, uma interdição na pretensa completude que se funda a condição desejante. Com a transmissão da falta, Outro barrado, o apelo de amor que a demanda faz pode ser dirigido a outrem e o sujeito pode se constituir como desejante, dividido, faltoso.

Retomando, o sexual traz a questão do que eu sou no desejo do Outro, por isso é traumático, o que poderia me dar uma resposta quanto a essa rachadura que é o sexual não existe, uma vez que o desejo do Outro é pura falta, não há um significante que diga desse furo, que o tampone plenamente e que diga o que eu sou nesse desejo. No entanto, existe uma significação que surge na tentativa falha de dar conta desse desejo, que instaura a ordem fálica, que surge pela operação da metáfora paterna. Assim, a única significação possível é a fálica. O sexual aponta nossa condição de ser falante e evoca nossa alienação como objeto no desejo do Outro, permitindo a única significação possível, a significação fálica. Há uma passagem, a criança deixa de ser aquilo que faltaria à mãe, que poderia lhe dar completude, para relativizar, para tomar o falo como objeto simbólico, uma lógica de que algo perdura como falta e essa que possibilita que outros objetos façam sequência aí (LACAN, 1958/1998).

O desejo se inscreve como furo, falha, perda, denota a introdução da falta. Essa que permite o lugar do sujeito, seu advento ao mundo. O sujeito vem se inscrever aí nessa falta, não como o que a preenche, uma vez que o sujeito é intervalar, sua condição é de evanescente, ele não consiste. O lugar do sujeito é um vazio no Outro, ele ex-iste, não tem consistência, seu estatuto se dá na falha como

efeito do significante. Um sujeito indeterminado em torno do qual o discurso se conjuga com o desejo (LACAN, 1972-1973/2008).

O sujeito do inconsciente é produto de uma operação de linguagem, advindo ao mundo apenas como objeto do desejo do Outro, isto é, ele nunca se coloca como sujeito. Tendo em mente que o significante só me coloca diante de outro significante, há a falta de objeto tomada como perda, ou seja, o significante nunca me apresenta o objeto. A linguagem enquanto uma operação que tem uma falta de saída, que lhe estrutura. Não é possível atarraxar um significado ao significante; é com o objeto perdido, objeto *a*, deslizando na cadeia, enquanto efeito *e*, por retroação, causa dela, que os significados são produzidos e caem, além de um significante sempre se remeter a outro significante, nunca a um sujeito, nunca a um objeto. Desse modo, não há consistência. Daí a formação incessante dos enunciados no discurso que se aglutinam e se rompem em razão da enunciação, destacando-se alguns poucos significantes e formando novas cadeias. Algo aí repete. Como supracitado, a trilha que se repete é a ordenação significante, ou seja, a repetição é do significante. É oportuno ressaltar aqui que Freud (1923a/2004) nos diz que o inconsciente funciona na compulsão à repetição, asseverando que o aparelho psíquico aponta algo que está além do princípio de prazer, uma vez que não funciona apenas na oscilação entre acúmulo e descarga de tensão. Esse algo corresponde à repetição, indicando que nessa operação há um resto: algo do investimento pulsional ao não se encerrar num objeto, encontrando plena satisfação, retorna e circula as bordas, repete a falta de objeto (LACAN, 1968-1969/2008).

Prosseguindo, o significante comporta em sua estrutura uma materialidade irreduzível, podendo suportar uma coexistência de elementos que se dão de modo simultâneo em uma ordem indestrutível que se manifesta a partir de um rigor associativo (LACAN, 1960a/1998). O inconsciente situa-se numa dimensão de sincronia, de simultaneidade de caracteres, no tocante ao sujeito da enunciação, um sujeito indeterminado que se põe a falar por entre os enunciados, com suas frases que se perdem, remodelam-se. É numa duplicidade fundadora do significante que o sujeito encontra o riacho secreto por onde flui antes de brotar (LACAN, 1960a/1998). O sujeito detém uma condição evanescente demarcada pelo nascimento do significante a partir do apagamento dos vestígios, dos traços (LACAN, 1968-69/2008). Um significante remetido ao outro dá apenas uma notícia de um rastro do

sujeito, o sujeito não está no significante, nem no par, ele é um produto que denota um apagamento do significante (LACAN, 1964/2008).

O sujeito se acha na ignorância pela realidade de sua experiência, ele é corte, onde e o que ele fala não reconheço como meu; ele fala à minha revelia, fala em mim. O inconsciente se manifesta como o que vacila nesse corte de sujeito e para haver esse corte é preciso que falte algo que possa dizer do que estaria na origem, no princípio da criação, o objeto *a* como o que causa e comanda o discurso, causa de desejo, como o que nos faz claudicar (LACAN, 1964/2008). A experiência do desejo manifesta uma falta a ser, uma fragmentação original expressa na combinação do significante e estruturante na decomposição da pulsão (LACAN, 1960a/1998). O desejo não é desejo de alguma coisa, é a falta, é o que impede a pulsão de seguir um desenvolvimento regular e se encerrar em um alvo. A pulsão é uma força constante que impele o aparelho psíquico a repetir em busca de algo que nunca existiu. Esse algo remonta ao objeto perdido, a operação de ler a falta como perda. O objeto perdido deixou uma marca. E, é essa marca que a pulsão contorna enquanto há vida. Não há união do sujeito com o objeto, nem conaturalidade pelo qual o conhecedor vem conhecer o conhecido (LACAN, 1972-1973/2008).

Retomando a noção de significante, de acordo com Lacan (1957/1998), o significante se antecipa ao sentido, no que abre sua dimensão adiante dele. Uma frase ao ser interrompida antes de sua conclusão semântica, do seu termo significativo, desdobra um sentido ainda mais opressivo no que se basta ao se fazer esperar. O que nos dá a noção de um deslizamento contínuo do significado sob o significante, uma vez que é na cadeia dos significantes que o sentido<sup>3</sup> insiste, mas não consiste em nenhum dos elementos. Essa cadeia pode abarcar uma infinidade de significados.

Uma regra básica se coloca: é o significante que me diz, não sou eu quem diz o significante. O que me dá lugar no mundo vem da linguagem, isto é, o que se inscreve enquanto as marcas que me constituem ser falante. Aí jaz a radicalidade:

---

<sup>3</sup> Embora em algumas passagens da obra de Lacan, sentido e significado tenham uma aproximação, este trabalho evita colocá-los como sinônimos. Uma vez que requerem uma teorização, não é possível reduzi-los assim. Entretanto, pela proposta desta dissertação, não houve o desenvolvimento dessa questão, mas deixa-se aqui a afirmativa de Lacan (1972-73/2008), com base em seu trabalho com o significante, de que o sentido é sexual e isso é indicado pelo discurso analítico, o qual mostra que o sentido é aparência (semblante). O que isso denota é que o sentido como sexual tem um limite, indicando a direção de seu fracasso enquanto o que poderia ser absoluto. O sentido comporta um furo, a impossibilidade de inscrição de uma relação proporcional aos dois sexos.

quem me comanda é o significante; o inconsciente (Isso) fala e ao falar me comanda, eis a sobredeterminação do inconsciente que Freud nos lega. O trabalho do Isso é feito como linguagem, mostrando-se enquanto um não nascido, um abortado que só se dá em ato de fala. Para a teoria freudiana, o inconsciente não é uma caixa preta que deve ser revelada, decifrada, que deve ser excluída do campo do saber científico. Vale dizer que o termo existia como um adjetivo do que não era consciente, detendo outras definições que, no entanto, não se equiparavam ao estatuto conferido por Freud.

É com o inconsciente freudiano que a psicanálise é possível, o sujeito do tropeço, do erro, do corte, da falha pode entrar no discurso e com ele Freud formula sua teoria. O sujeito do inconsciente, aquele que advém a partir do discurso analítico, nos é falado a partir da clínica psicanalítica, como esse que não sabe o que diz e nem sequer que está falando.

Freud (1923b/2010) formula o conceito de Inconsciente a partir da teoria do recalque, tomando o recalcado como o protótipo do inconsciente. Revela que existem processos psíquicos cujos efeitos podem adentrar na consciência como ideias, mesmo sem se tornarem conscientes. No texto de 1915b/2006, afirma que o recalque é um mecanismo de expulsão da ideia (*Vorstellung* – representação mental) da consciência, afirmando que não se trata de aniquilá-la, mas sim impedir que ela se torne consciente. Aduz que o recalcado precisa permanecer no inconsciente, porém o conteúdo que sofre recalque não abarca o inconsciente, sendo apenas uma parte dele. Asseverando, desse modo, como completamente sem sentido uma equivalência entre o psíquico e consciente. Além disso, revela uma interação entre as instâncias psíquicas: o acesso ao inconsciente só é possível pela transposição para o consciente. Freud (1923b/2007) aduz que o Eu é o responsável pelo controle dos acessos à motilidade, contextualizando a relação entre as instâncias psíquicas Eu/Isso através de uma analogia:

Assim, em relação ao Isso, ele (o Eu), compara-se ao cavaleiro que deve pôr freios à força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, e o Eu, com forças emprestadas. (...). Assim como o cavaleiro, a fim de não se separar do cavalo, muitas vezes tem de conduzi-lo aonde ele quer ir, também o Eu costuma transformar em ato a vontade do Isso, como se ela fosse a sua própria (p. 23).

Cabe mencionar que somente a ideia (*Vorstellung*) que representa a pulsão pode tornar-se consciente, nunca a pulsão será objeto da consciência. Decorre daí,

a premissa de que algo fala em mim, que eu não reconheço como meu, que corta meu discurso, que diz além do que eu intencionava dizer e que pode fomentar um possível reposicionamento subjetivo, desde que seja tomado como verdade do sujeito.

Prosseguindo, Lacan (1964/2008) nos diz que, ao nível do inconsciente, há algo homólogo ao que se passa ao nível do sujeito, falando e funcionando de modo tão elaborado quanto o consciente. O inconsciente é o inacessível, perpassa a consciência, mas nem por isso, podemos dizer que não há um funcionamento ordenado ali, a questão é que tal funcionamento é dado numa outra ordem. Um conteúdo ideacional busca se ligar a uma representação, um resíduo verbal derivado de percepções acústicas. Freud (1923b/2010) aduz que a palavra é um resquício de memória da palavra ouvida. Parte do que se ouviu fica armazenado na instância pré-consciente, tornando-se energia ligada, representação-palavra. Com Lacan, podemos tomar esse resquício como um significante. Esse não é nada sozinho, sempre se remete a outro significante. No engendramento da fala, a cadeia significante demarca o modo como o inconsciente se manifesta, como uma linguagem, buscando se atualizar numa insistência que denota sua estranha temporalidade (LACAN, 1964/2008).

Em Freud (1923b/2004), temos que o inconsciente é regido pelo processo primário, cujas pulsões funcionam como energia livre. É na insistência de se satisfazerem que as pulsões buscam vincular alguns conteúdos que têm sua entrada negada na consciência com outros que, a partir de diversas alterações, conseguem driblar a censura pré-consciente. Sendo assim, um conteúdo ideacional é desinvestido quando apresenta alguma ameaça para a consciência. O recalque promove esse desinvestimento e o rechaçamento desse conteúdo da instância consciente, jogando-o no inconsciente, sede da energia livre. O funcionamento do inconsciente é de insistência em se fazer representar. Esses conteúdos que pairam ali são tidos como representação-palavra (resíduos verbais), ou representação-coisa. As representações verbais são os significantes, como foi explanado mais acima. Elas já são uma alteração dos conteúdos recalcados, pela via do deslocamento ou da condensação (metonímia e metáfora), modos de funcionamento inconsciente. Representações verbais são recortes de sílabas, não necessariamente palavras formadas, que buscam se ligar a outras representações para serem ditas

(LACAN, 1957-58/1999). Trata-se de um significante se remetendo a outro significante, entrecortando o discurso corrente para que dessa operação se produza um sujeito evanescente, que aparece e se esvai antes de qualquer possibilidade de captura. Nunca se chega ao real conteúdo ideacional recalcado. Assim, o que interessa do significante é o sujeito do inconsciente. Lacan (1964/2008) formula que esse diz de um achado que é um reachado, que ao se mostrar, escapa, instalando e reinstalando a cada vez a dimensão da perda, de ordem constitutiva.

As manifestações do sujeito do inconsciente são dadas nos sonhos, atos falhos, chistes ou ditos espirituosos, sintomas (LACAN, 1957-1958/1999). Essas denotam o tom de um não nascido do inconsciente, composto por pulsões que funcionam no automatismo da repetição e pela indestrutibilidade do recalcado que ali se encontra. Eis o funcionamento do significante, a estrutura do Isso (LACAN, 1960a/1998). Lacan (1960b/1998, p. 813) diz: “o inconsciente, a partir de Freud é uma cadeia de significantes que em algum lugar se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma”.

Portanto, o inconsciente, tal como Lacan o disse a partir do inconsciente freudiano, se dá em ato de fala, numa cadeia de significantes como discurso do Outro. E, a função do significante é um ponto de amarra de algo de onde o sujeito se constitui (LACAN, 1961-62/2003). Dessa constituição subjetiva que partimos para tratar do nome próprio, aqui tomado como conceito lacaniano, para interrogar como tal noção pode ser lida a partir do trabalho de escuta com bebês internados em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Seguiremos adiante com a concepção de nome próprio.

### 3. SIGNIFICANTE E NOME PRÓPRIO

É importante iniciar o capítulo com a seguinte assertiva: o nome próprio não é um significante. Melman (2009) nos pontua tal assertiva a partir de Lacan. Se para chegar à discussão do *name*, o caminho escolhido foi o da teoria do significante, permeado pelas noções de falta e desejo, é relevante partir dessa premissa para esboçar do que se trata aqui. A discussão sobre o nome próprio está diretamente ligada ao significante, mas o primeiro não se confunde com o segundo, ambos são diferentes.

A experiência psicanalítica descobre no inconsciente a estrutura de linguagem. Essa preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental, o que tomamos como anterioridade simbólica. O sujeito vem ao mundo como servo da linguagem e de um discurso que inscreve desde seu nascimento um lugar, sob a forma de seu nome próprio. (LACAN, 1957/1998).

Lacan (1961-62/2003) afirma que o ponto capital é que o nome próprio tem valor de função do significante, enquanto um ponto de amarra de algo de onde o sujeito se constitui. Ele diz que não se trata do *noun*, do substantivo, do nome definido gramaticalmente, mas do *name*. Lacan assevera que o *name* é o nome próprio, asseverando sua importância no tratamento analítico. Como se chama o paciente, ele nos revela que não é algo indiferente, bem como ratifica que um dos determinantes para que alguém faça análise com Fulano, algo dessa escolha, do que permite uma transferência, passa pelo nome, por isso é tão fundamental atentarmos para ele.

Prosseguindo, do que se trata na assertiva que o nome próprio tem valor de função do significante? Um significante representa um sujeito para outro significante, ou seja, para haver sujeito, o significante deve estar remetido a outro, o sujeito enquanto esse intervalo que impede o colamento dos significantes. Isso que poderia dar notícia de um sujeito não está no significante, ele é convocado por esse e é rapidamente subsumido na vinda de outro significante. A função do significante é o fundamento da dimensão do simbólico, é ele que nos permite abordar as coisas, o corpo, por exemplo, fazendo furos nesse corpo (LACAN, 1972-73/2008). Um buraco, uma hiância se abre e o sujeito submerge, desaparece, apresentando-se como um

não estar ali projetado sobre um plano onde ele é reconhecido (LACAN, 1961-62/2003).

A entrada na linguagem, na cadeia significante, porta uma marca de pertença extima a partir da transmissão da falta. A cadeia significante traz uma fenda que é estruturalmente constitutiva para o sujeito, algo fica de fora, um significante que diga dele no campo do Outro. Desse significante (tomado como inaugural –  $S_1$ ) tem-se o rastro do traço que possibilitou a escrita do significante em sua função de representar o sujeito para outro significante. Ademais, há um impossível de ser dito que insiste, resiste e retorna como enigma, um semi-dizer que causa estranhamento (MARIANI, 2014).

Melman (2009) diz que o nome próprio se difere do significante, uma vez que seu significado não é o equívoco, o puro furo. Ao tratar do furo, toma-o como um referente organizador da cadeia significante, dando-lhe seu sentido sexual. Entretanto, o furo também assevera o não sentido, trata-se de um paradoxo. Ele é lido como perda, cuja validade diz respeito à dimensão do significante, naquilo que esse furo marca o lugar em que se funda cada significante para asseverar a incidência sexual de seu significado. O que seria essa incidência sexual do significado?

Como supracitado no capítulo anterior, o sexual equivale a uma fissura, uma rachadura. Ademais, falar de sexual remonta à questão fálica. Lacan (1958/1998) aduz que há uma espécie de desconcerto essencial e não contingente no tocante à sexualidade humana, uma irredutibilidade das sequelas do complexo de castração no humano, que vão além da distinção anatômica entre os sexos. Há uma referência simbólica que perpassa a biologia. Lacan, no texto em questão, afirma que o falo é um significante, um significante diferenciado, pois ele é único, não se remete a outro significante. Ele organiza a cadeia de significantes, tendo como função designar os efeitos de significado, no ponto em que sua presença de significante os condiciona.

Desse modo, ressaltar o registro do simbólico requer tratar da função do significante, enquanto a que determina ativamente os efeitos de significado, esse carregando a marca, a paixão do significante. De acordo com Lacan (1958/1998, p. 695),

Essa paixão do significante, por conseguinte, torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em

cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele, para-além de tudo o que a psicologia das ideias pôde conceber, a relação com a palavra.

‘Isso fala’, isso fala em mim e isso fala no Outro, uma fenda (*Spaltung*) que constitui o inconsciente e, por conseguinte, constitui-nos como seres falantes. O Outro é um lugar vazio evocado pelo recurso à palavra. Isso que fala no Outro, abarcado por uma anterioridade lógica a qualquer possibilidade de significado, faz com o sujeito encontre aí seu lugar significante (LACAN, 1958/1998).

O que permite que o sujeito encontre seu lugar significante no Outro? O que dá a incidência sexual ao sentido? O limite e tem a ver com o desejo. O furo, organizador da cadeia, possibilita ao jogo de significantes animarem o desejo, sempre permanente, denotando que o desejo não se encerra num objeto presentificado, é sempre desejo de alguma outra coisa, desejo de falta (MELMAN, 2009).

Desse modo, contextualizado um esboço do que seria da ordem da função do significante, emerge a questão fundamental em relação ao nome próprio: ele enquanto a inscrição do desejo do sujeito enquanto alienado ao desejo do Outro, radicado no campo do Outro enquanto desejo do Outro (FERNANDES, 2006). O nome próprio enquanto marca da constituição psíquica do sujeito, promove a entrada do sujeito numa rede de significantes (transmitida pelo Outro), já marcada por sua inserção numa cultura, novela familiar. Conforme Mariani (2014, p. 136),

O corpo biológico de um recém-nato, enquanto real, para subjetivar-se se inscreve no Outro, sendo significantizado por aqueles que dele se ocupam para inscrevê-lo em uma novela familiar, em uma linhagem, em uma discursividade que permitirá o nascimento de um sujeito. O recém-nato, com seus movimentos, seu choro, seus sons que expressam necessidades do biológico, tem exatamente esses movimentos, choro e sons para ele retornados já significados por quem dele se ocupa. Quando falamos em subjetivação na psicanálise, referimo-nos a um efeito de captura do corpo na linguagem. Ou seja, está em jogo um processo de subjetivação, uma operação altamente complexa que humaniza o *infans*, aquele que ainda não fala, inserindo-o no simbólico e, por extensão, na lei e na cultura.

Melman (2009) retoma Lacan e afirma que o nome próprio tem um significado identificável, individualizado, que é o de vir a conotar o que concerne a uma descendência. O significante Nome-do-pai representa o traço constitutivo da descendência. É ele que dá a possibilidade de uma mulher engravidar de um homem, de se tornarem mãe e pai ao assumirem um filho. A descendência é marca

da transmissão de uma marca familiar que passa na linguagem, pela via do nome e pode garantir um lugar ao bebê.

A operação da metáfora paterna é o que permite ao sujeito confirmar sua entrada numa esfera desejante a partir da significação fálica, a única possível, submetendo-se à Lei paterna. É o que dá condições ao filho de deixar de estar assujeitado ao Outro, no caso primordial a mãe, no que essa dá a ele sua falta ao apontar um mais-além, abrindo a sua própria questão desejante e fazendo comparecer no seu discurso um pai, aquele que detém os olhares dessa mãe e aquele, o qual fala grosso e impõe o corte dessa simbiose inicial. O significante do desejo materno, desse x de seu desejo ao ser substituído pelo significante Nome-do-Pai, fomenta uma interdição no ideal de completude do filho com a mãe e da mãe com o filho (LACAN, 1957-58/1995).

A operação da metáfora paterna se dá no funcionamento significante, ou seja, é no seu discurso que a mãe dá entrada para o Nome-do-Pai, uma vez que somente se ela estiver submetida a esse significante que ela pode confirmar essa entrada para seu filho. O significante Nome-do-Pai é o que permite a significação fálica e fomenta a esfera desejante do sujeito. Uma mulher ao se dirigir a um homem e ter um filho com ele, dá indícios de que ela está submetida à inscrição fálica. Tal endereçamento não diz de uma operação consciente, há vários fatores que permeiam o desejo de um filho.

Freud (1908/1996) menciona que a equação simbólica (equivalência fezes, pênis, bebê) é uma saída edípica feminina, uma resposta para a castração. É dessa passagem pelo Édipo que Lacan nos traz a operação da metáfora paterna. Uma mulher submetida ao registro de que há um que encarnou a Lei e possibilitou a instauração de sua dimensão desejante, pode desejar um filho, parí-lo, ocupar-se dele e autorizar um pai no seu discurso a entrar na relação com esse filho. Tal entrada é o que vai abrir a possibilidade de que esse homem venha a encarnar a função paterna, sustentando a Lei: interdição ao incesto, filho e mãe não formam um. Quanto a esse homem, cabe a ele, uma vez submetido à sua condição de faltoso, promover esse corte, além de receber a rivalidade e ódio que ele suscita. O pai encarna uma função simbólica de sustentação da Lei, bancando a ruptura do laço incestuoso com a sua carne. Mais uma vez, ele só o faz ao se submeter à sua condição de faltante. Só submetido á Lei que ele transmite a falta e dá a

possibilidade desejante ao novo ser. A questão de como ele vai sustentar essa lei se dá para cada um. É só no significante que a interdição pode se dar.

Lacan (1972-73/2008) afirma que convenções, inibições, interdições são efeitos de linguagem. Trazendo a questão da não relação sexual, ele aduz que não há coletivo, que homens e mulheres não existem fora do discurso, asseverando a não existência de uma realidade pré-discursiva. Mãe, pai, mulher, homem, criança só existem no significante.

O significante é por si mesmo, dividido, bífido. Porém, em relação ao nome próprio, não há nenhuma divisão, o sujeito está de algum modo mortificado pelo que é relativo a esse nome próprio. Algo de uma marca que lhe é inacessível e lhe sobredetermina, a qual ele vai precisar responder no seu percurso de vida. A posição do sujeito desejante é ser organizado por uma divisão, confirmada pela introdução do significante Nome-do-Pai. Se falta um significante na origem e essa ausência funda a cadeia de significantes, se a castração 'primeira' é a da linguagem, o processo de metáfora diz da substituição dessa falta que se repete. O significante Nome-do-Pai substitui o x do desejo materno, que em última instância, não há nada que o preencha, é falta pura. O que se recobre e, ao mesmo, se confirma aí é a falta estrutural, o significante falo comparece aí como velado. Há uma divisão de saída do sujeito, ele não está nem no primeiro significante nem no que segue. Nas palavras de Melman (2009, p.51): “pelo fato dessa divisão em relação ao significante, um sujeito se organiza naquilo que é mesmo preciso chamar de peso de sua singularidade, ou seja, sua solidão”.

O significante Nome-do-Pai fomenta algo da ordem de um legado simbólico, da transmissão de uma falta, da indexação de uma descendência. E o nome próprio tem a função de ser a organização material que erige a descendência. Outra característica relevante é que ele designa a si mesmo enquanto constitutivo, como particular, fora de qualquer descrição, não se fechando numa gama de significados ou apenas numa função de representar alguém (MELMAN, 2009).

Desse modo, o nome comporta uma marca que distingue e singulariza o humano, inaugurando algo de inumano aí também, que remete a uma identificação, uma leitura e uma convocação. De acordo com Carvalho e Chatelard (2016, p. 140): “é uma marca a partir da qual cada um ao ouvir o nome pelo qual foi nomeado pode

se reconhecer como um eu”. Ou seja, cada um se sente convocado ao ouvir alguém chamando seu nome e como vai responder ao ser chamado.

o nome (...) é uma marca já aberta à leitura, – eis por que ela será lida da mesma forma em todas as línguas – impressa sobre alguma coisa que pode ser um sujeito que vai falar, mas que não falará de modo algum obrigatoriamente. Prova disso é que Bertrand Russell se enganou quanto a isso, afirmando que se poderia chamar de John um ponto geométrico no quadro. (...) mas é bem certo que em nenhum momento ele interroga um ponto marcado com giz no quadro-negro esperando que o dito ponto lhe responda (LACAN, 1963/2005, p.74).

Enquanto uma marca singular que separa, distingue e consagra, o nome consiste em reconhecer a existência de alguém. Constituindo-se como um alicerce simbólico da criança, funciona como inscrição e transcrição dos desejos parentais, que traz no seu bojo um sinal indelével da história simbólica familiar nessa criança que vem ao mundo alheio a tais desejos, mas que é marcado por eles a partir de uma fala sobre si anterior a sua própria fala (TESONE, 2009).

Portanto, falar do nome nos aponta a questão da filiação simbólica, um reconhecimento do sujeito no campo social, da cultura, do coletivo a partir de um pertencimento a uma família, marcada por traços singulares. Temos que a filiação simbólica diz da operação de inscrição do pai e filho numa mesma linhagem, algo da ordem de uma evocação da origem (FERRETO, 2000).

Remontando a Freud (1913/1996), ele afirma que algo análogo a uma organização social só foi possível através de duas estruturas com peso simbólico: o totemismo e o tabu diante do horror ao incesto. Para garantir um lugar nas organizações primitivas, era necessário se submeter à filiação a um totem – substituto do pai – que dava o nome ao clã (unificava um coletivo e o distinguia dos demais) e à proibição – ele nos diz que o ato de proibir só é requerido quando há o desejo latente – do incesto, renúncia a algumas mulheres (mãe e irmãs), isto é, abdicção de uma plena satisfação. Desse modo, a civilização institui uma renúncia primordial para que ela possa existir; isso está representado pela proibição do incesto. A vinculação a um totem é determinada pelo nome, sinônimo de pertencimento, de parentesco.

Freud trabalha esses conceitos para pensar a origem da cultura. É nessa que a transmissão simbólica se erige, na verdade, ela é seu pilar de sustentação. Um alicerce simbólico do sujeito na cultura é o nome próprio. Este tem como funções inscrever, localizar e fixar um sujeito. Ademais, dá a este seu lugar, um puro traço

que simboliza o buraco no Outro, a garantia simbólica de ocupar um lugar no Outro. O nome como a possibilidade de inscrição do sujeito no mundo a partir do furo no Outro (FERRETO, 2000).

O nome próprio abarca algo da ordem de uma marca superposta ao objeto, não se tratando somente do sentido agregado, bem como uma marca identificatória, uma estrutura sonora e um caráter distintivo. Lacan (1961-62/2003) toma a leitura de alguns autores (Bertrand Russel, Allan H. Gardiner e Stuart Mill) que dizem, entre outras coisas, que o nome próprio institui o particular em sua particularidade e subverte o de que se trata nesse conceito, afirma que o principal no que diz respeito à definição do nome próprio tem a ver com a relação da emissão nomeante com algo da ordem da letra.

Fernandes (2006) revela que o que é da ordem da letra advém do recalcado, que irrompe na superfície marcada pela facticidade e pela contingência. O que interessa daí é a formação literal articulável por uma combinação de letras desdobradas à revelia do sujeito, não o conteúdo semântico. A função do nome próprio é, em parte, elidir o significado (SOLER, 2007). Lacan (1961-62/2003) afirma que ao nível da escrita, há traços que saem de algo que em sua essência foi recalcado. O que resta é alguma coisa da ordem do traço unário funcionando como distintivo, que pode desempenhar papel de marca. Os significantes da escrita foram produzidos como marcas distintivas.

Segundo Melman (2009), a letra é portadora potencial do significado que convencionalmente deveria se achar excluído, por sua introdução em um significante. Ao tratar de letra, Lacan (1972-73/2008) nos diz que ela pode designar lugar. Ele traz isso ao falar do discurso analítico, na disposição de letras em lugares que caracterizam cada um dos quatro discursos que ele propõe (analista, universitário, histórica e mestre), cada discurso indicando o nosso posicionamento no mundo. Não existe realidade pré-discursiva, o que funda e define uma realidade é um discurso, esse como uma disposição de lugares, de letras, do modo de fazer laço social. O que daí interessa para o atual trabalho é que a letra, isso que importa no nome próprio estaria na sua relação com uma emissão nominante.

O que Lacan afirma é que a letra aponta para o funcionamento da linguagem, no que ela cai. Melman (2009) assevera que a letra não é o significante, funda o estatuto do objeto perdido. No seu retorno, o objeto é sempre perdido,

mesmo representado pelas letras, pois uma letra falta, àquela que no jogo do significante me permitiria expressar livre e voluntariamente meu desejo. Ali onde eu poderia dizer do meu desejo, estou alienado ao desejo do Outro, esse como um lugar que não se aguenta, pois há aí uma falha, uma perda que faz funcionar o objeto *a*. Nesse funcionamento, eu não me encontro com o que eu desejo, porque o desejo nunca é de alguma coisa, é sempre falta (LACAN, 1972-73/2008).

As formações do inconsciente, os fenômenos marginais, são uma representação disso que falta, de algo que escapa a uma totalidade (LACAN, 1958-59/2016). Na sua estrutura de hiância, o inconsciente funciona em ato de fala, a cada vez, no que uma letra desliza, irrompe, some ou é acrescentada a uma palavra. O lapso é um meio, uma 'oportunidade' que algo possa ser dito sem ser forçosamente homologado. Ele permite o retorno dessa letra que cai, que está perdida, fazendo as vias como se o objeto estivesse ali (MELMAN, 2009).

Portanto, o jogo literal articula a incompletude que denota a alienação fundamental do sujeito ao significante. Um significante falta ali onde o sujeito poderia encontrar uma resposta. O não sentido advém da falta, lida como perda, incidência do buraco. Um esquecimento, no caso específico do esquecimento do nome próprio, se sustenta como presença de perda, no que a cadeia se desdobra e prossegue, ele se coloca simultaneamente. Na sequência substitutiva de nomes, o jogo literal que se segue prova que algo se perdeu, o recobrimento mostra a falta. No caso do esquecimento do nome próprio, sua propriedade intrínseca, de poder ser perdido, marca que ele pode ser indicado justamente por não poder ser dito, por faltar, se apagar (FERNANDES, 2006).

Freud (1901/1996), ao tratar do esquecimento dos nomes próprios, revela uma espécie de compromisso entre o nome suprimido e os seus substitutos, um enlace entre o nome perdido e o tema recalcado, fruto de uma associação externa, despretensiosa supostamente, permeada por uma ligação de conteúdo mais intrínseca. Ele afirma que o esquecimento tem um motivo e ele esclarece que esse é o recalçamento. O nome próprio, ao ser esquecido, indica que algo ali faltou, a substituição por outros nomes é, ao mesmo tempo, o encobrimento e a revelação dessa ausência, de que algo ali foi recalcado. E Freud nos dá a pista, que posteriormente Lacan fisga para chegarmos à questão da letra. É na sequência de letras que compõem um nome que o deslocamento é feito, uma letra cai, corre,

desliza, é perdida. O recalque incidu aí no que traria à tona a não totalidade, indicando que, ao tentar tamponar isso que seria dessa ordem da letra perdida, o que resta é o esquecimento de um nome, é um significante que só existe quando remetido a outro significante. Falta esse que poderia dizer dessa falta que o recalque sempre fracassa em cobrir.

A letra, de acordo com Melman (2009, p. 43),

está, portanto, realmente perdida, mesmo se um exercício do lapso ou do chiste permite a evocação, o retorno, o momento de graça: fazer como se o objeto estivesse ali. Mas esse jogo de palavras, esse lapso, apenas presentificou, justamente a ausência desse dito objeto, o que faz com que eu não esteja em condições de assumir o que seria a expressão direta, voluntária e permanente de meu desejo, expresso à minha revelia graças a esse deslizamento que, assim, esse desejo o impôs.

Lacan (1961-62/2003) afirma que na raiz do ato da fala, há um momento em que ela se insere numa estrutura de linguagem. Esse momento original é marcado pela contemporaneidade entre escrita e linguagem, a escrita enquanto conotação significante: a fala lê a escrita, não a cria, mas essa só adquire status de escrita a partir da fala. Sendo assim, a escritura esperava ser fonetizada, e, na medida em que começa a ser vocalizada com os outros objetos, ela adquire função de escrita, “aprende a funcionar como escrita” (p.30), como ele nos diz.

Rosa (2015), mencionando Lacan, aduz que a função da escritura consiste em algo da ordem do traço unário funcionando como distintivo e desempenhando o papel de marca. O nome próprio refere-se à identificação ao traço: se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente sua unicidade – traço unário. Lacan (1961-62/2003) aduz que a via desse traço unário funda o que seria da ordem da repetição, o que surge, o que insiste diz de um significante designável por sua função, de representar um sujeito para outro significante, escancarando a pura diferença comandada por uma perda, por algo que sucumbiu ao recalque. Algo que, ao ter sido rechaçado, fez uma marca e inaugura pela via da repetição uma série de elementos. Essa marca feita pelo traço unário é concebida como um elemento da bateria de significantes, elemento que é uma marca de pura diferença, num sistema de diferenças, a língua. O traço unário lido como designação da diferença, o *einzigster Zug* é o traço unário na medida em que toda a série se sustenta pela sua pura repetição. A partir dele, os elementos da série são dados um a um, tratando-se do Um contável, visado em seu ponto inaugural, e não do um que conflui na ideia de totalidade.

Mariani (2014) fala que o sujeito se identifica com o traço unário, que está lá nos primórdios da constituição subjetiva. Traço o qual viabiliza a escrita de  $S_1$ , inaugura a cadeia e fica recalcado para o sujeito. Tal escrita se dá como significante que falta ao Outro. O traço unário deixa um rastro que dá um suporte, um lugar que demarca a diferença entre os significantes, uma fenda que é fundamental para a representação do sujeito no desejo do Outro. Uma inscrição inaugural que faz função de amarração, de ancoragem para o sujeito, em referência a um significante. Antes que o bebê, *infans*<sup>4</sup> diga 'eu', que essa instância seja constituída um traço se inscreve, com e a partir do qual o sujeito se identifica, que de algum modo escreve seu próprio nome, fomentando a produção de uma escrita a partir daí.

Diante disso, a questão do nome próprio agrega a noção de inconsciente e a função da letra, como um significante 'puro', não se inserindo na cadeia significativa, fixando a referência (ROSA, 2015). Como supracitado, a instância nomeadora, que estaria na ordem da letra, é o que importa quando tratamos do nome próprio. A letra no inconsciente é algo determinante da estrutura psíquica, suporte material do significante (marca diferenças fônicas na cadeia), a letra indica que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, permitindo que ele seja lido na sua esfera desejante. (MARIANI, 2014).

O que nos leva a pensar que a característica do nome próprio está mais ligada à escrita, e não necessariamente ao som. A escrita do nome próprio comporta letras que marcam aquele sujeito em qualquer língua, algo se mantém fixo independente da pronúncia e da gama de atributos que são colocados sobre o nome. A importância da letra no tratamento do nome próprio se dá no fato de que o nome próprio tem como característica se ligar, mais ou menos, ao traço que é dado na sua escritura, fomentando uma sequência de significantes que buscam representar o sujeito e falham a cada vez no ato de se remeterem uns aos outros. O som, a emissão vocal é parte desse funcionamento, atua como um veículo naquilo que se perde e repete, mas não como o que dá o tom e a insistência do inconsciente. Isso é de competência da letra no que ela tem relação com a emissão nominante (ROSA, 2015).

Lacan (1961-62/2003) assevera que o concernente ao sujeito no nome próprio passa pela função da letra e, por sua vez, pela função da escrita. O rastro do

---

<sup>4</sup> Humano que ainda não possui linguagem, fase inicial do recém-nascido.

traço unário, a marca de que o que inaugura a cadeia de significante é uma falta, possibilita a escrita de um significante na sua função de representar um sujeito para outro significante. Nas palavras de Lacan (1961-62/2003):

(...) aquilo que se cria, em qualquer nível onde vemos surgir a escrita, é uma bagagem, uma bateria de algo que não temos o direito de chamar de abstrato, no sentido em que o empregamos hoje em dia quando falamos de pintura abstrata. Pois, com efeito, são traços que saem de algo que em sua essência é figurativo; e é por isso que cremos ser um ideograma. Mas é um figurativo apagado, façamos vir a palavra que nos vem forçosamente à mente; recalcado, ou mesmo rejeitado. O que resta é algo da ordem desse traço unário enquanto funcionando como distintivo, e que pode, no caso, desempenhar o papel de marca (p.28).

A escrita para advir como escrita tem uma relação com a linguagem, com o significante, ou seja, é preciso que algo seja lido para adquirir *status* de escrito. Lacan, no texto em questão, afirma que a escrita como bagagem esperava ser fonetizada e ao ser vocalizada como outros objetos, ela começa a funcionar como escrita. Nas citações acima, Lacan traz as pinturas rupestres para indicar o advento da escrita a partir da possibilidade de leitura delas.

Lacan (1972-73/2008) assevera que significante e escrita não são do mesmo registro. O significado tem a ver com a leitura e não com o que é ouvido, refere-se à leitura do que se ouve como significante, uma vez que ele é efeito do significante. E é como efeito que o significado nos permite denotar a dimensão da escrita como tal. Quanto aos primeiros traços representados na pré-história da humanidade nas pinturas rupestres, só quando eles puderam ser lidos, interpretados, foram dados como escritos. O rastro do traço unário fomentando o automatismo da repetição dos significantes, fundando a função da escrita, o retorno do objeto perdido que é causa e efeito, que desliza e comanda a cadeia promovendo a representação de uma falta que se atualiza no que um significante se remete a outro significante e no intervalo desses está o sujeito.

Então, no que é possível definir o nome próprio, temos que ele permite a inscrição significante, uma vez que, segundo Mariani (2014), ele é anterior a essa inscrição, dando lugar ao registro de uma escrita. O nome remete a uma inscrição simbólica, a incidência de um significante enquanto marca distintiva no real, contornada pelo Outro, revestida por sentidos. É o desejo do Outro que possibilita a nomeação de um sujeito, dando-lhe entrada na fala e na linguagem.

Ademais, Lacan (1961-62/2003) afirma que o que distingue um nome próprio é que algo se conserva em sua estrutura de uma língua a outra, uma estrutura sonora, a afinidade do nome próprio à sua marca, à designação direta do significante como objeto. Ele não se traduz, uma vez que ele não porta um significado intrínseco, mas fabrica uma significação, efeitos de significado, para quem o porta. De acordo com Melman (2009, p. 48), “Lacan observa que o nome próprio não se traduz, um nome próprio é o mesmo qualquer que seja a língua, as diversas línguas que poderão me interpelar, que poderão assinalar meu nome, em que eu poderei tentar me impor. Será sempre o mesmo nome”. Lacan (1961-62/2003) nos dá como exemplo o nome Cleópatra, independente do idioma em que ele seja falado, sua estrutura fonemática se mantém, o som e a articulação de suas letras.

Soler (2007) diz que cada sujeito tem pelo menos dois nomes próprios: o sobrenome que fomenta grandes ressonâncias subjetivas e o seu nome particular (prenome), aquele de seu sintoma. O sobrenome diz de uma genealogia, um nome transmitido que indexa uma descendência, e tende a designar independentemente de sentido. Já o prenome não é transmitido automaticamente, configura a inscrição de uma escolha e se refere ao estigma do desejo do Outro, trazendo consigo o rastro de expectativas e idealizações.

O nome próprio denota um lugar singular para o sujeito no mundo, uma ancoragem. Mas essa ancoragem não é um lugar com consistência, porque o que eu tomo como meu, aquilo que me constitui como sendo Fulano ou Cicrano diz de uma transmissão de significantes que me perpassam, que afirmam uma divisão a cada vez que abro a boca para falar. Essa divisão é própria da constituição psíquica de um ser falante. O nome que me constitui, a marca que me foi legada denota que esse Outro encarnado, esse que me nomeou e me deu entrada e lugar no mundo, só é possível porque ali existe uma falha, uma barra. O Outro é um lugar vazio que não se aguenta em si mesmo. O que poderia me dar alguma autonomia de sujeito, se é que é possível formular assim, diz de um furo permanente. Falta um significante no Outro que diga o que eu sou, é com essa falta que o Outro deseja e por extensão, o sujeito deseja. Desejo é falta. A falta no Outro diz da falta que possibilita a constituição de um sujeito e de um Eu, o qual se revira num engodo de acreditar que sou a dona do dizer. Quando o Eu fala, não sabe o que vai sair da boca até que

algo seja dito, o que Eu pensa em dizer não é o que Eu diz. Porque é da boca do Eu que algo irrompe na cadeia de significantes e desbanca esse Eu da sua pretensão de alguma autonomia. Tal irrupção se dá a cada vez no ato do significante. Lacan questiona: “Qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?” (1957/1998, p.528). Eis o sujeito, que no entremeio dos significantes, dá a notícia de uma divisão do ser falante, de que o Eu não é uma instância totalmente consciente e rasga qualquer chance de autossuficiência do dizer. O sujeito enquanto esse que só é como objeto do desejo do Outro, que adveio no mundo a partir desse Outro barrado, que lhe transmite significantes e lhe permite um nome, uma inscrição, um lugar, uma vida.

A partir do caminho percorrido até aqui, da relação do significante com o nome próprio, é tempo de avançarmos na articulação sobre o ato de nomear um bebê internado numa Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, sobre a qual versa o quarto capítulo.

## 4. UTIN, MÉTODO CANGURU E A PRÁTICA

A esse momento, é relevante mencionar que o presente capítulo se destina a falar da prática como residente no que ela trouxe a observação de mudanças nos nomes dos bebês devido à passagem pela UTIN, além da escuta de alguns efeitos dessas alterações. Portanto, contextualizar o ambiente neonatal no qual fui inserida faz-se necessário, esboçando o modo de aplicação e funcionamento da metodologia Canguru.

Na realidade brasileira, a principal causa de mortalidade infantil são as afecções perinatais que envolvem quadros de problemas respiratórios, distúrbios metabólicos e de controle da temperatura corporal, muito comuns em bebês prematuros. Diante desse cenário, assistimos o aumento crescente dos avanços tecnológicos para o diagnóstico e a abordagem de recém-nascidos internados numa Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).

### 4.1 Da contextualização da UTIN e da descrição do Método Canguru

*A priori*, cabe contextualizar a UTIN. Consiste num ambiente de conflitos emocionais, perdas e ganhos, enfrentamento de limites e possibilidades de cura, prognósticos bons ou reservados<sup>5</sup> e condutas expectantes. Apresenta como uma constante o confronto com o morrer e o adoecimento, enunciando a fragilidade e vulnerabilidade humana. O que resulta daí são sentimentos de medo, pânico, depressão, revolta, desconfiança, agressividade, dentre outros. A UTIN é um ambiente que escancara incertezas e desamparo diante da fragilidade da vida, do limite que a morte nos impõe (KRODI, 2008).

Desse modo, figura-se como um cenário hostil e pouco amigável, que abarca aparelhos e equipamentos tecnológicos de alta sofisticação, muita luminosidade, barulho de alarmes, trânsito constante de pessoas (profissionais e familiares), além de lactentes em incubadoras, com sondas, cateteres, monitores. Assim, os sujeitos que transitam nesse espaço vivem uma série de eventos sensoriais, hormonais, fisiológicos, imunológicos e comportamentais, cujo pano de

---

<sup>5</sup> Prognóstico reservado significa que as chances de o bebê sobreviver são muito pequenas, próximas de zero.

fundo é o funcionamento tecnológico, uma ferramenta que possibilita a sobrevivência de bebês tidos como de alto risco (CRUZ et. al., 2010; MATHELIN, 1999).

Enquanto um marco nessa evolução, temos o Método Canguru, que diz de uma normatização do Ministério da Saúde referida à atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso, com intuito de reduzir os indicativos de mortalidade infantil, bem como do abandono dos recém-nascidos, a partir da instrumentalização e treinamento acerca das características do método entre os profissionais de saúde. Esse preconiza a importância do contato precoce pele a pele da mãe e do bebê, dando ênfase aos aspectos psicológicos que permeiam a formação do vínculo, tomando-o como agente facilitador do desenvolvimento psicomotor da criança (BRASIL, 2011).

Calcado na vertente da humanização do nascimento, o Método Canguru advém como uma mudança de atitude na abordagem do recém-nascido prematuro e/ou de baixo peso<sup>6</sup> com necessidade de hospitalização, buscando promover um suporte das necessidades biológicas, ambientais e familiares. Tal suporte se dá através do incentivo ao aleitamento materno, reforço à formação de vínculos afetivos, visando um melhor desenvolvimento e segurança, inclusive quanto ao relacionamento familiar. Enquanto uma estratégia de atenção à saúde, o Método Canguru é um modelo assistencial perinatal centrado no cuidado humanizado e no princípio de cidadania da família, respeitando as características e individualidades do bebê e seus familiares (BRASIL, 2011).

A humanização do nascimento, por sua vez, compreende ações desde o pré-natal e busca evitar condutas intempestivas e agressivas para o bebê. A atenção ao recém-nascido deve caracterizar-se pela segurança técnica da atuação profissional e por condições hospitalares adequadas, aliadas a suavidade no toque durante a execução de todos os cuidados prestados. Especial enfoque deve ser dado ao conhecimento do psiquismo do bebê, seja em sua vida intra como extrauterina, da mãe, do pai e de toda a família (p. 12).

O Método chama nossa atenção no tocante ao cuidado humanizado, apontando para a importância do conhecimento acerca do psiquismo do bebê. Dialogando com o referencial psicanalítico, podemos questionar se é e até onde é

---

<sup>6</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde, o recém-nascido prematuro é aquele que nasce com menos de 37 semanas de gestação e o de baixo peso, com massa corpórea inferior a 2.500 gramas (BRASIL, 2011).

possível tomar esse psiquismo pela via do conhecimento. Estamos tratando de sobre-determinação do inconsciente, abarcando um funcionamento próprio calcado num circuito pulsional articulado e investido de linguagem, associação de significantes que remontam a dimensões inacessíveis a um saber consciente, a um conhecimento. Lacan (1957/1998) revela que a estrutura da cadeia significante indica o lugar do sujeito na busca da verdade. O saber e a verdade estão disjuntos. (LACAN, 1968-69/2004). A constituição do sujeito imputa algo dessa verdade, sempre semi-dita e enigmática, uma vez que a metonímia desejante que dá vida ao humano não se encerra num dado ou num sentido absoluto, último. A questão que remete ao desejo diz do Outro, um lugar, um campo dissimétrico desse sujeito, que o aliena no seu desejo e determina as marcas do que ele, o sujeito, sobrevive. Dito mais uma vez, o que a experiência analítica nos mostra é que o inconsciente não deixa de fora nenhuma de nossas ações e seus conteúdos não nos fornecem nenhum sentido do sujeito, nenhuma realidade consistente desse sujeito (LACAN, 1957/1998).

Se há um caminho para o trabalho com algo que remonte a subjetividade do bebê, é partir da fala que gira em torno dele e das manifestações que ele, o *infans*, pode expressar. A via é uma aposta de que aquele bebê na incubadora ou berço aquecido pode vir a se tornar um sujeito.

Posto isso, toma-se o Método Canguru enquanto uma vertente de trabalho, uma vez que ele figura como referência do funcionamento de uma UTIN. Entretanto, alguns pontos e diretrizes podem ser questionados, tal como o supracitado, a partir da interação dos sujeitos e da realidade das atividades desenvolvidas na UTIN. Prosseguindo, o diferencial do método em questão é promover o contato dos familiares com o bebê internado, priorizando e valorizando a presença deles no espaço da UTIN e nos cuidados assistenciais. Dessa forma, busca assegurar o lugar da família junto ao bebê enfermo no hospital, enfatizando o acolhimento como substrato da conduta profissional. Esta deve considerar os padrões de interação dos familiares com a chegada do filho marcado precocemente por alguma patologia.

O método Canguru oportuniza um suporte para as necessidades afetivas familiares e concede lugar ao laço que o bebê pode fazer com os pais e vice-versa no contexto hospitalar, o que, espera-se, influencie de modo significativo na saúde e na constituição subjetiva do recém-nascido. Além disso, estimula os sentidos dos

envolvidos (familiar-bebê) pelo contato físico, pele, toque, respiração, temperatura corporal, voz etc., visando propiciar uma estabilização e uma contenção corpórea, a fim de que o bebê se organize, além de favorecer melhoras no seu quadro clínico. O método em questão se desenvolve em etapas e sua aplicação deve ser de modo progressivo, iniciando-se pelo toque e evoluindo para a posição canguru, respeitando o tempo e os limites do par envolvido, uma vez que o contato que ele fomenta deve ser tido como prazeroso para ambos (BRASIL, 2011).

A posição canguru consiste em manter o recém-nascido de baixo peso, em contato pele a pele, na posição vertical junto ao peito dos pais ou de outros familiares. Deve ser realizada de maneira orientada, segura e acompanhada de suporte assistencial por uma equipe de saúde adequadamente treinada. (...) Essa situação deve ser entendida como um fato que ocorre com base na segurança do manuseio da criança, no prazer e na satisfação da criança e da mãe. (p. 19).

É importante ressaltar que o método não se resume à posição canguru. Esta consiste em colocar o bebê ligeiramente vestido, em decúbito prono, na posição vertical, contra o peito do familiar. Por sua vez, o método é mais complexo, redesenha o espaço físico e principalmente as relações no ambiente neonatal.

#### **4.2 Das etapas do Método Canguru (aplicação e funcionamento)**

No setor de neonatologia, esse método consistiu na referência de trabalho. No tocante ao funcionamento durante os dois anos de residência (2011-2013), foi perceptível que a equipe multiprofissional se esforçava em aplicar os princípios de humanização da assistência, valorizando a cidadania<sup>7</sup> da família. A título de ilustração, temos o respeito ao tempo de escolha da mãe e/ou familiar em colocar o bebê em posição canguru, bem como o suporte assistencial da operacionalização do procedimento. A aplicação da Norma de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso – Manual Canguru (2011) – apresentava aspectos que, por vezes, extrapolavam ou não se enquadravam<sup>8</sup> conforme os ditames normativos. Esse é um ponto de destaque pela importância de atentar para as especificidades e as diferenças desse ambiente na relação que se construiu entre a tríade equipe,

---

<sup>7</sup> Em termos de cidadania, podemos falar em garantia do direito ao convívio com o bebê, além de conceber essa família como parte importante no cuidado e na recuperação do bebê.

<sup>8</sup> Situações estruturais tais como superlotação de leitos, carência de alguns materiais, recursos humanos insuficientes.

familiares e bebê. Principalmente, para questionar como os sujeitos ali envolvidos funcionavam.

Na prática, foi possível constatar alguns benefícios que o método aponta, tais como: a positiva estimulação sensorial – a troca do cheiro, o cadenciamento do batimento cardíaco e controle da temperatura corporal<sup>9</sup>; a diminuição da incidência de infecções hospitalares, uma vez que ocorre a colonização de bactérias comunitárias do bebê pela mãe, que são menos danosas que as bactérias hospitalares; a redução do tempo de separação do bebê internado e dos pais, já que eles têm livre acesso ao ambiente neonatal; o incentivo ao aleitamento materno; o respeito à formação do laço entre familiares e o bebê; além do incentivo e valorização da participação dos pais no acompanhamento e em alguns cuidados com o lactente, o que estimula sua confiança; dentre outras.

Quanto à clientela atendida, essa sinalizou a continuidade e integralidade da assistência em saúde, perpassando desde as gestantes que estão em ambulatórios de alto risco e/ou as que detêm condições clínicas e obstétricas que denotem a possibilidade de prematuridade do parto, recém-nascidos de baixo peso e suas famílias.

Posto isso, cabe mencionar as três etapas que compõem o método. A primeira diz da internação do recém-nascido de baixo peso na UTIN logo após o parto, visto que ele não tem condições clínicas de estar junto à mãe no alojamento conjunto. Foi possível observar ali os seguintes procedimentos descritos na norma postulada pelo Ministério da Saúde:

- Orientações da mãe e da criança acerca das condições de saúde dos bebês pela equipe multiprofissional;
- Estímulo do livre acesso dos pais à unidade para o contato verbal e físico (através do toque) com os bebês, com o objetivo de estabelecimento do vínculo familiar;
- As visitas dos familiares (avós e irmãos) assistidas pela equipe multiprofissional;
- Orientação e incentivo ao aleitamento materno: cuidado com as mamas, ordenha manual, armazenamento do leite ordenhado, bem como o estímulo à

---

<sup>9</sup> Os bebês internados na UTIN normalmente têm problemas respiratórios devido à prematuridade. Como os pulmões se desenvolvem no último trimestre da gravidez, o parto prematuro traz prejuízos consideráveis ao aparelho respiratório dos recém-nascidos. Eles também apresentam dificuldade de regulação de temperatura corporal, por isso ficam em incubadoras ou berços aquecidos.

coparticipação da mãe no processo de sucção do bebê e na administração do leite ordenhado;

- Incentivo ao contato precoce pele a pele da tríade mãe-bebê-pai, progressão até colocar o bebê na posição canguru, de acordo com as condições de saúde clínica do bebê;

Entretanto, a norma diz que deverá ser assegurada a permanência da mãe em unidade hospitalar por cinco dias, mas no hospital onde se deu a prática como residente a permanência era de 48 horas após o parto normal sem complicações.

Quanto à segunda etapa, recomenda-se a execução da posição canguru pelo maior tempo possível, dado que as condições de saúde do bebê já devem estar mais estabilizadas. É necessário que o bebê ganhe pelo menos 15 gramas por dia, além disso, deve ter alcançado o peso mínimo de 1250 gramas. Para tanto, a amamentação intermitente é postulada. Essa etapa consiste numa pré-alta hospitalar. Normalmente, a mãe já está de alta hospitalar e passa a visitar o bebê. Há um espaço para o descanso das mães, para que o acompanhamento seja mais contínuo. A esse ponto, a mãe já recebeu treinamento e orientações para poder identificar algumas situações de risco que possam acontecer ao bebê.

O contato mãe-bebê mais duradouro era estimulado pela equipe. À mãe cabia decidir se participaria dessa etapa ou não, e o consenso entre ela, familiares e equipe de saúde era um caminho. Entretanto, cabe ressaltar que essa escolha não era de determinação puramente de vontade e muitas vezes trazia um mal-estar para ela e/ou para as outras mães que estavam internadas com seus bebês. Às vezes, ficar longe de casa, do marido e familiares, bem como o contato direto com o bebê e as responsabilidades no cuidado traziam um alto grau de estresse para essa mãe, o que oportunizava discussões e agressividade na convivência com as outras mães. A possibilidade que cada uma tem de maternar seu bebê saltava como uma questão importante nesse momento. Eram comuns sentimentos de medo, receio, ansiedade, dúvidas, estresse etc.. Escutá-las quanto a essa decisão de se internarem ou não com seus bebês era fundamental, bem como elas se darem conta de que sua decisão de acompanhar mais de perto seus filhos não era necessariamente uma garantia de melhora deles. O que levava a um trabalho com a equipe para respeitar o tempo e a posição materna em relação ao bebê ao considerar as demandas da mãe e dos familiares.

Nessa etapa (nomeada como Unidade Canguru ou Unidade Mãe-bebê), havia o estímulo e as condições físicas para a estadia da mãe junto ao bebê, bem como o trabalho da equipe voltado para orientar e valorizar a participação materna nos cuidados com ele. Os critérios de elegibilidade da mãe (vontade de participar, disponibilidade de tempo, rede social de apoio, habilidade de identificar sinais de risco no bebê) e do lactente (estabilidade clínica, nutrição enteral plena<sup>10</sup>, peso mínimo de 1.250 gramas) normalmente eram respeitados. Salvo em casos em que havia superlotação de leitos na UTIN, bebês mais graves ou episódios confirmados de infecção hospitalar por bactéria super-resistente, os bebês que estivessem em melhores condições clínicas e com um bom suporte familiar acabavam migrando para a segunda etapa mais cedo.

A mãe e o bebê só passam a terceira etapa do método, caso a primeira e seus familiares que a acompanharam desde a primeira etapa estejam seguros e bem orientados quanto ao cuidado domiciliar com a criança. É fundamental que a mãe esteja motivada para dar prosseguimento aos cuidados com a criança e possa se implicar em fazer o método pelo máximo de tempo possível em casa. Eis o que prega a norma. O compromisso que a mãe e a unidade de saúde assumem para a realização de consultas de acompanhamento diz de um acordo que permeia uma responsabilidade mútua. Na primeira semana pós-alta são três consultas, na segunda semana duas consultas e, na terceira e nas demais semanas até que o bebê atinja o peso 2.500 gramas, uma consulta. Caso haja urgência, deve-se garantir o direito de atendimento na instituição hospitalar.

A terceira etapa concerne ao acompanhamento ambulatorial da criança pós-alta. A esse momento, os exames físicos para a determinação das condições de saúde são realizados, levando-se em conta o desenvolvimento da criança que nasceu prematura em relação a crianças que nasceram a termo – ganho de peso, comprimento e perímetro cefálico. A relação afetiva entre a criança e a família assume caráter fundamental, devendo ser avaliado para que haja o desenvolvimento saudável dessa criança.

Pude observar algumas consultas coletivas, nas quais os bebês e seus familiares retornavam ao hospital após a alta para acompanhamento da adaptação em casa. A prioridade era investigação do ganho de peso e averiguação das

---

<sup>10</sup> Administração de nutrientes por via digestiva, através da via oral, sonda ou ostomia. É indicada no caso de viabilidade do uso do trato gastrointestinal (LEITE, 1999).

medidas do perímetro cefálico. Não era comum que as mães que receberam acompanhamento psicológico na UTIN e/ou na Unidade de Cuidados Intermediários retornassem para atendimento psicológico nessa etapa. O contato com o bebê e seus pais se dava mais com a equipe de enfermagem. Em caso de intercorrências clínicas com o bebê, a família era orientada para procurar atendimento em unidades básicas de saúde. No momento da alta hospitalar, elas eram orientadas a procurarem acompanhamento multiprofissional no ambulatório de seguimento<sup>11</sup>, que seguia um esquema próprio de consultas de acordo com a idade da criança.

### **4.3 Da incidência da prática como residente**

Contextualizado o método e o local de aplicação, passemos agora a descrever e comentar a prática. A internação de um recém-nascido na UTIN traz possibilidades de retificação subjetiva para os familiares e marca um diferencial na formação do vínculo com o bebê. Sendo assim, a metodologia Canguru apresenta a constituição da subjetividade infantil como um pilar ao considerar os aspectos psicoafetivos dos envolvidos (bebê, casal parental/família, equipe multiprofissional, instituição hospitalar) no processo de gestação, parto e passagem do recém-nascido pela UTIN, cenário marcado por intensas emoções e conflitos. Os envolvidos são concebidos como unidades complexas que denotam possíveis vulnerabilidades e necessidades particulares, demandando uma assistência humanizada, integral e continuada.

É nesse contexto que se encontra uma abertura para a escuta dos sujeitos, a partir de suas realidades psíquicas, cujos elementos compõem e interagem na fala. O trabalho com esses elementos é fundamental para assegurar um tratamento eficaz para o bebê – o qual a metodologia supracitada preconiza. Esse é o espaço para a atuação do residente de psicologia e dos componentes do Serviço de Psicologia de um modo geral.

Fala essa que permite tomar a construção da subjetividade infantil como fruto de um desejo que desliza, apontando para uma falta constitutiva do ser falante. É com essa falta, que pode ou não lhe ser transmitida pelo casal parental, que esse novo sujeito vai lidar na sua vida, procurando responder a ela, marcado pelo trauma

---

<sup>11</sup> Trata-se de um ambulatório de saúde que assegura o acompanhamento exclusivo para as crianças egressas da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal até completarem sete anos de idade.

de entrar no jogo da linguagem sem um significante que diga do desejo, que lhe deu a vida, cuja ausência indica que há um lugar o qual ele pode se inscrever. E esse lugar é permeado por uma instância que sobredetermina discursos, cujo funcionamento não fecha um sistema, estruturando-se como linguagem. Tal instância, Freud a denominou como inconsciente, extrapolando o caráter de adjetivo que esse termo recebeu antes dele. E Lacan, partindo do inconsciente freudiano, toma-o como um não nascido, um abortado que insiste em se dizer no ato do significante a cada vez, trazendo uma nova dimensão da relação do ser falante com a palavra (LACAN, 1957/1998).

Partir desse ponto, do não nascido como traço, de algo que não está dado até que um ato de significante aconteça, que fomente um endereçamento do falante a um Outro, e relacioná-lo a um ambiente que tem como uma especificidade a ambiguidade vida e morte, o peso da incógnita que traz cada nova criança, fomenta indagações sobre isso que insiste em se dizer por vias outras, ausências, dificuldades, aflições, tropeços, vacilos e nos sons do aparato tecnológico – sinais de manifestação de alguma subjetividade dos recém-nascidos. Como tomar o indicativo legado pelo inconsciente, no que ele se dá como o não realizado (não nascido), no que insiste em se fazer dizer apesar de falhar a cada vez, nisso que mobiliza o casal parental para dirigir sua fala a um bolo de carne com olhos, tornando-o seu filho; como podemos tomar isso que não nasce, mas existe e tem efeitos? A via que se colocou é de uma aposta do advento do sujeito no *infans*.

O inconsciente se mostra, afirma-nos Lacan (1964/2004), sob o molde de aberturas, fendas que abrem e fecham e, nesse movimento, algo claudica, falha. O que daí pode advir são desmontagens de significantes na cadeia, alguns se destacam no ato de falar (isso não está antes que o sujeito abra a boca e emita palavras, balbucio, sons) e podem se associar a novas cadeias. Carregam a marca de um achado que, ao se apresentar, fica na iminência de escapar de novo, instaurando e atualizando a dimensão de que algo sempre se perde.

A psicanálise nos diz que os seres falantes são constituídos a partir de uma fenda estrutural. Para que eles possam se inscrever numa estrutura de linguagem, existe um furo que impede a harmonia de uma vida plena, que opera deslizando sob a forma de erros, tropeços, atos falhos, vacilos. Daí resulta uma cota de angústia diante do que não funciona bem, como: o fato de uma gestação não determinar

naturalmente que uma mulher se torne mãe; uma gestação se caracterizar como alto-risco para a mulher e para o bebê que ela carrega em seu ventre; um parto prematuro se situar como uma primeira manifestação subjetiva do bebê que rompe o ventre materno; o ato de nomear um filho sendo marcado pela realidade inesperada de um parto prematuro, na qual o bebê imaginado advém com a marca de outro tempo, de realidade subjetiva que abrange questões para além da vontade que o bebê seja saudável. O confronto com essa dimensão do imprevisível, de um tempo que saiu do programado, do que irrompe na realidade tem efeitos diversificados para cada um. Mas algo desse tempo outro mortifica, traz no seu bojo a incidência de um limite.

Mathelin (1999) nos diz que na busca de dar conta da complexidade desses sujeitos, a tentativa de suturá-los em prescrições e termos técnicos codificados é sempre mal sucedida. As dúvidas compõem enquanto representantes de algo que está fora do discurso racional e técnico, que escapa a uma resolutividade científica, persistindo como incógnita, a mola que inaugura e agita o discurso. Cada criança nova representa o enigma que se coloca a cada vez para cada um.

Diante das especificidades do hospital: rotatividade de pacientes, dispositivos de atendimento (visitas à beira do leito pela equipe multidisciplinar, grupos de verbalização<sup>12</sup>, visita dos avós, visita dos irmãos, visita da família, reuniões com a equipe de trabalho para a discussão dos casos clínicos, dispositivos de humanização e trabalho com a equipe, dentre outros), tem-se um rol de ferramentas para o trabalho. A questão que emerge é: que prática é essa a partir da marcação de significantes e como a questão do nome próprio se articula aí?

#### **4.4 Do conceito de nome próprio e sua interlocução com a prática**

Trata-se de situar como é possível um labor com a circulação do significante. As pessoas falam, o significante entrecorta o discurso e salta, o sujeito se diz no entremeio dos significantes, eis o funcionamento do falante. Entretanto, escutar essa circulação, na qual um significante representa a presença evanescente do sujeito para outro significante, esse é ponto capital, é o que faz a prática. Abrir discussão,

---

<sup>12</sup> Sob a coordenação do Serviço de Psicologia, o grupo de verbalização referia-se a um dispositivo ofertado aos familiares do bebê para que eles pudessem falar dos efeitos da internação de seus filhos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, na Unidade de Cuidados Intermediários e na Unidade Canguru.

dar lugar a fala, possibilitando a abertura de questões quanto à abordagem do bebê, da família e da equipe, foram os elementos norteadores para me fazer presente nos dispositivos de atuação.

UTIN, maternidade, prematuridade, baixo-peso, unidade mãe-bebê, nome: significantes que circularam e compareceram no trabalho de escuta. A interrogação de um tempo lógico me fez passar por aí no percurso do meu trabalho para questionar do que se trata. A criança antes de seu nascimento traz marcas a partir de uma anterioridade lógica esboçada na fala que lhe antecede a vida física, o que me levou a questionar o sintoma da prematuridade, por exemplo. Cabe tomá-lo como um ato subjetivo, seja do bebê ou da mãe? As falas que compareceram traziam a sinalização de que algo se rompeu ali, algo com funcionamento próprio que na especificidade de cada mulher apontava para uma impossibilidade de levar a gestação a termo.

Pensar que cada nascimento suscita angústia e uma ressituação psíquica requer mencionar que as ambivalências vida e morte, amor e ódio são colocadas em jogo. O nascer de um bebê prematuro aponta uma descontinuidade do processo gestacional. Algo se dá num tempo próprio, seja da mãe, seja do bebê, e normalmente isso é encarado como uma situação de crise (MATHELIN, 1999). O orgânico do bebê é 'precocizado', seu corpo biológico não está formado para nascer e isso tem consequências.

A etiologia do parto prematuro é multifatorial e, muitas vezes, desconhecida. Há que se considerar a preocupação constante com os recém-nascidos pré-termos e as condições pré/perinatais que sobre eles repercutem. A fragilidade dos recém-nascidos prematuros contribui para a possibilidade eminente de riscos, agravos e sequelas diversas, com diferentes consequências e interveniências no processo do desenvolvimento e crescimento infantil. Portanto, faz-se necessário prever e considerar riscos e prognósticos para que se possa eventualmente instaurar e promover medidas preventivas (RAMOS E CUMAN, 2009).

Druon (1999) refere-se ao nascimento prematuro como causador de uma tempestade psíquica que se dá sobre o casal, uma junção fantasia/realidade, um corte abrupto no imaginário pelo peso do real que se personifica no bebê da incubadora. O acompanhamento de alguns casos trouxe a experiência desse corte, do limite imposto a qualquer pretensão consciente de enquadrar respostas diante da

realidade. Maternar, tomar aquele bebê da incubadora como seu, como descendente de sua prole, que normalmente é bem diferente do bebê imaginado em alguns casos foi um desafio. A vivência de um nascimento prematuro ou marcado pelo baixo-peso ao nascer é deparar-se com uma dureza de que por mais que haja um planejamento, uma intensa vontade de que o filho seja saudável, outra via se impõe e só resta lidar com os efeitos dela. Isso que saiu do roteiro pode assumir o peso de um trauma e cabe a cada um ressignificar tal experiência. Assim, o olhar e a palavra dirigida ao recém-nascido enfermo podem sofrer mudanças, trazem redimensionamentos, deslizamentos, instalam novas condutas. Algo na estrutura do sujeito pode balançar, acarretando uma espécie de desmoronamento interior, que detém dimensões do impossível, indizível e insuportável.

Essas dimensões dão lugar à escuta analítica, no que é possível de interrogá-las num setor de neonatologia, através de práticas de acolhimento e atendimentos, uma vez que tais dimensões representam enigmas – guardam o inacessível e a impossibilidade de uma resposta, de um significante que diga o que saiu errado e o motivo disso –, e, portanto, são passíveis de serem escutadas. A extensão do trabalho com o referencial da psicanálise acontece na abertura para que se fale a respeito disso que irrompe e faz erosão, da invasão de angústia, da representação do limite dada na possibilidade de morte. É no espaço concedido à fala, no qual os pais dizem desse nascimento prematuro e da sintomatologia própria deles e de seu bebê, que algo se noticia para além da angústia, podendo encontrar representação, não pairando somente como afeto dissociado.

Prosseguindo, o termo ‘unidade mãe-bebê’ que nomeia um setor, uma etapa do método no hospital em questão, foi algo que trouxe um estranhamento seguido de indagações. Lacan (1957-58/2004) nos diz que mãe e bebê não formam uma unidade, há uma pretensão de simbiosidade aí, mas qualquer possibilidade de completude é inexistente. Existe por estrutura, como já foi bastante supracitado, uma falta constitutiva. Para que ela seja transmitida, é fundamental a introdução de um terceiro, que, ao entrar, aponta uma incompletude nessa mãe e fomenta uma interdição de simbiose com a criança. Essa operação, a metáfora paterna é o que permite que o novo ser se inscreva numa dimensão de desejo, através do submetimento a uma matriz simbólica (lei) que dá a base do seu plano imaginário. Dito de outro modo, a metáfora paterna permite que o falo se inscreva como

significante no lugar do  $x$  (enigma), do significante do desejo da mãe, pura falta. Com isso, a neurose advém como resposta à castração da mãe e engendra uma estrutura que se determina por uma significação única, a fálica. É o significante faló que designa os efeitos de significado que hão de vir. (LACAN, 1957/2008).

Esse recorte teórico é importante e me serviu de norte no trabalho com as mulheres e seus bebês quando chegavam à segunda etapa do método. Ouvi, por vezes, o termo 'loucura materna' contextualizando esse momento, a segunda etapa coincidiria com o momento que as mães eram convocadas a ficar integralmente com seus bebês, apartadas de sua rotina em casa, familiar. As falas que decorriam dessa passagem normalmente sinalizavam a dificuldade de cumprir essa presença integral e o insuportável que ela suscita.

Para problematizar a questão do nome, hoje me é possível labutar com o conceito de nome próprio. Noção que eu não tinha na época da residência. Cabe mencionar que era perceptível uma insistência por parte da equipe multiprofissional para que os pais nomeassem o mais rápido possível o bebê. Insistência que em alguns casos se tornou pressão nos pais. Diante disso, havia um esforço dos psicólogos em amenizar os efeitos dessa insistência, explanando em reuniões os aspectos afetivos que permeiam a escolha e o ato de nomeação. Na própria Norma de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso (2011), existem algumas recomendações que caracterizam a necessidade de referência ao bebê pelo seu nome, asseverando como um componente primordial do cuidado humanizado. Talvez isso justificasse a insistência da equipe. Em alguns casos, o processo de nomear o bebê trazia angústia para os pais e/ou para a equipe, por vezes pela demora, por vezes pela dificuldade que alguns pais apresentavam.

Aqui, uma articulação faz-se importante: nome próprio e significante. O ato de nomeação, o *name* dado ao bebê poderia se remeter a essa função significante de deslizar, saltar e se associar a outros significantes? Lacan nos diz que sim. Enquanto uma função de amarra, um ponto de aporte do falante, o que se dá aí para que esse que é contado numa prematuridade simbólica possa vir a se contar, a se inscrever no mundo como um sujeito? Esse não está no significante, não pode ser dito, funciona como um servo da linguagem e de um discurso que inscreve desde seu nascimento um lugar, sob a forma de seu nome próprio. (LACAN, 1957/1998). Há algo no nome que perpassa uma compilação de sentidos, sua escolha é

sobredeterminada com esses traços do não-realizado, não-nascido, do que claudica, falha. O ato de nomear o bebê traz como especificidade a dimensão desejante do casal parental, e como sua internação numa UTIN pode afetar essa escolha?

#### 4.4.1 Do recorte dos casos acompanhados

É tempo de trazer o recorte de um dos casos que acompanhei a fim de mostrar como a questão do nome de um bebê foi marcada pela passagem na UTIN.

- O caso Vitória Sofia

Foi realizado o acompanhamento psicológico com a mãe do bebê a partir do seu pedido e de acordo com relatos de membros da equipe (enfermeira, fisioterapeuta e técnico de enfermagem) sobre um possível sofrimento psíquico esboçado em comportamentos ansiosos. O discurso da genitora revelou questões acerca do parto prematuro, ela associou esse fato a uma infecção urinária, mencionando que antes dessa intercorrência, considerava sua gravidez normal.

Trouxe alguns significantes que remetiam a um lugar, *“não sou daqui”*, disse ela, afirmando que o tempo de passagem pela UTIN se tornou mais difícil por conta disso e por estar longe de sua família. Mencionou a separação de seu filho, G., como a maior dificuldade que enfrentava naquele momento, e associou sua estadia na UTIN a um *“fora de casa”* até o dia que sua filha tivesse alta. Relatou: *“Não saio daqui sem minha filha”, “Vou acompanhá-la o tempo todo e direto”*.

No primeiro atendimento, a mãe do bebê mencionou que sua filha (Sofia) ficaria internada até completar os nove meses, equivalente a gestação a termo. Afirmou que a *“construção da casa”* estava em curso. Sofia e seu irmão mais velho teriam um quarto cada um, e que a casa ficaria pronta em novembro, mês em que o nascimento de Sofia era previsto. Quando interrogada sobre o nome Vitória Sofia – nome que constava na placa de identificação –, a mãe disse que foi escolha em conjunto dela com o marido. Inicialmente todos conheciam o bebê como Sofia, mas devido à intercorrência (parto prematuro e internação na UTIN), algo que ela se refere como o *“que saiu da normalidade”*, o pai decidiu colocar ‘Vitória’ no nome.

No entanto, durante todo o atendimento referiu-se ao bebê como Sofia, e ao ter sido indagada sobre o nome que deu à sua filha, anunciou: “às vezes, eu esqueço da Vitória”. Em outro atendimento, a mãe de Sofia falou que ela e seu bebê estavam bem e que Sofia seguia “lutando”. Repetiu a dificuldade de estar na UTIN pelo fato de “não ser daqui”. Mencionou o estado clínico de Sofia, ressaltando que ela já nasceu em “sofrimento”. Ela remeteu esse termo ao parto, no que ela escutou dos médicos, um “sofrimento fetal por conta da perda de líquido”.

Foi notável, inclusive discutido com a equipe, um recobrimento na postura que a mãe colocava Sofia. Quando o bebê estava na incubadora, Sofia estava quase sempre coberta por panos e pela mãe, dando uma sensação de estar escondendo a filha. Normalmente, era difícil conseguir olhar Sofia. Quando estava em posição canguru, também era complicado ver o bebê, os movimentos maternos de contenção tentavam tapar qualquer buraco da filha. Sofia demorava consideravelmente para se estabilizar em posição canguru. É normal que o bebê leve um tempo para se ajustar nessa posição, mas no caso dela, algo de um incômodo se dizia.

- O caso Ellen Vitória

Outro caso que acompanhei durante boa parte do meu período de residência foi o de Ellen Vitória. Diante de muitas questões que surgiram nos atendimentos, posso dizer que escutar esse bebê foi um divisor de águas na minha prática como residente. Inicialmente porque Ellen Vitória foi o primeiro bebê que me mostrou a possibilidade de uma clínica com bebês. Ela tinha danos neurológicos e precisou fazer uma traqueostomia<sup>13</sup> e gastrotomia<sup>14</sup>. Ela sempre demonstrava incômodo com os tubos que a cercavam e penetravam seu corpo. Certo dia, eu estava à beira do seu berço aquecido, acompanhando-a, enquanto a técnica de enfermagem realizava alguns procedimentos. Após sua saída, fiquei a sós com ela. É importante aduzir que tive algumas dificuldades<sup>15</sup> em falar com os bebês no início do trabalho, mas

---

<sup>13</sup> Intervenção cirúrgica que consiste na abertura de um orifício na traqueia e na colocação de uma cânula para a passagem de ar.

<sup>14</sup> Procedimento cirúrgico realizado para a obtenção de acesso interior do estômago.

<sup>15</sup> Quando iniciei a residência, acreditava que o trabalho somente seria com os pais, familiares do bebê e a equipe. Devido a isso, demorei a falar diretamente com os bebês, a incluí-los como protagonistas do trabalho. Isso se abriu a partir do próprio trabalho de escuta.

nesse momento, falei com ela. Chamei-a pelo nome Vitória, o qual no momento era como nos referíamos a ela, disse-lhe que deveria ser dolorido aquele tubo enfiado em sua garganta. Ela me olhou e fez uma expressão de dor, levando a mão ao tubo e o retirando. Imediatamente, o aparelho apitou e ela teve uma crise de apneia.

Mathelin (1999) revela que, no contexto neonatal, o analista deve se manter flutuante e maleável, funcionando como interlocutor da criança. Para tanto, situa a importância de transitar pelos espaços da neonatologia, deixando-se capturar na relação com os bebês, a fim de buscar o que opera como sentido de hospitalização para esses e suas famílias: que marcas simbólicas essa hospitalização deixa no bebê? Como isso afeta sua constituição como sujeito? “Falar com uma criança e estar à sua escuta passa pela atenção dada a seu corpo e às emoções que ela provoca em nós.” (p. 93).

Ellen Vitória provocou muitas reações na equipe de saúde e em mim. Quanto ao seu nome (o modo como e por quem era chamada), esse foi um ponto relevante no trabalho com ela. Na sua placa de identificação e na fala inicial da mãe, constava Vitória como nome. Todos da equipe se referiam a ela como Vitória. Com a presença de seu pai e seus irmãos na UTIN, outro nome foi introduzido. Escutei de sua irmã no acompanhamento da visita dos irmãos<sup>16</sup>, que Vitória era nomeada como Ellen fora do hospital, no seio da família. Ela e os outros irmãos só a chamavam de Ellen. A mãe quando estava com os filhos na visita ao bebê também a chamava de Ellen. Isso me fez questionar a mãe num outro momento, no qual ela reforçou que inicialmente o nome do bebê era Ellen, mas devido às condições em que a neném nasceu e sua internação hospitalar, ela passou a chamá-la de Vitória, como um meio de se manter confiante na recuperação dela. Relatou também que em casa, como o nome estabelecido já era Ellen, os irmãos e marido mantiveram essa referência e por isso só a chamavam assim. Diante da presença e da fala da família junto à

---

<sup>16</sup> A visita dos irmãos é um dispositivo coordenado pelos psicólogos e/ou residentes de psicologia da UTIN, cujos objetivos dizem de escutar e analisar o processo de inserção do bebê no grupo familiar, configurando-se como um convite aos irmãos do bebê a participarem do momento de internação desse e seu acompanhamento por um familiar (mãe e/ou pai) no espaço supracitado. O trabalho do psicólogo nesse dispositivo diz do acompanhamento do irmão na visita ao bebê, escuta das manifestações verbais, análise do lugar ocupado pelo irmão na sua relação com os pais e com o bebê. No Hospital que serviu de local da prática de residente, a visita ocorre em três tempos. Um primeiro momento em que os irmãos são recebidos pelo profissional da psicologia, no qual são escutados quanto ao seu desejo de visitar o bebê e orientados quanto à rotina e higienização das mãos para a entrada na UTI. O segundo tempo diz do acompanhamento do irmão na visita ao leito do bebê. No terceiro momento, o irmão é convidado a desenhar ou falar sobre a experiência da visita.

equipe, a placa de identificação foi mudada e seu nome ficou conhecido como Ellen Vitória.

- O caso Ryan/Francisco

Esse bebê também tinha uma série de danos neurológicos e prognóstico ruim. Nasceu prematuro, com baixo peso e alguns dias depois de seu nascimento, veio a confirmação de um diagnóstico sindrômico<sup>17</sup>. Aqui, é oportuno citar Gurski et. al. (2013, p.129) no que asseveram que “apesar da dimensão do real do corpo, constituir, muitas vezes, uma via de compreensão dos sujeitos portadores de dano orgânico, será a constituição da dimensão do sujeito que determinará o destino psíquico do humano”.

O caso de Ryan, que num depois se torna Francisco, representa bem essa citação. Numa das visitas ao leito com a equipe para noticiar o quadro clínico de cada bebê, os *rounds*, percebo Ryan; algo no olhar dele me convocou. Início o acompanhamento de sua mãe que teve algumas dificuldades físicas de ir à UTIN. Ela teve uma irrupção de erisipela<sup>18</sup> na perna, causada pela hipertensão gestacional. Ryan logo foi desenganado pela equipe médica, devido à confirmação de seu diagnóstico sindrômico. Mas ele persistiu, apresentou melhoras significativas e passou para a Unidade Canguru. Nos atendimentos psicológicos, sua mãe falava muito da esperança de levar seu filho para casa e de ele se tornar uma criança saudável. Certo dia, quando ele ainda estava na UTIN, verifiquei que o nome da placa de identificação de Ryan havia mudado, ali estava Francisco. Sua mãe revela que achava o nome Ryan muito bonito, por isso nomeou seu filho assim. Entretanto, seu marido (e pai do bebê) registrou-o como Francisco sem lhe comunicar previamente. Ela disse ter se chateado, mas aceitou. Francisco era o nome do seu marido e ele queria que o filho recebesse seu nome. Ela acatou. Em discussão do caso de Francisco com a equipe, fui notificada de que o prognóstico seguia ruim, uma sobrevida breve era prevista em situações como a dele, o que justificaria que não se investisse tantos recursos. Ele sairia de alta para morrer em casa por uma crise de apneia ou algo do gênero.

---

<sup>17</sup> Portador de dano orgânico, disfunção fisiopatológica de ordem qualquer.

<sup>18</sup> Doença infecciosa aguda, causada por estreptococos, caracterizada por uma inflamação da pele.

O que me chamou atenção nesse caso foi que, de fato, Francisco veio a falecer em casa alguns meses depois da alta hospitalar, mas o investimento afetivo que sua mãe fez, o lugar que lhe foi concedido em seu desejo contornou o real personificado na série de danos orgânicos em seu corpo. Deu outro destino a inscrição subjetiva de Francisco. Ele marcou seu lugar como sujeito, parte integrante na família e, para a equipe, surpreendeu ao ir além da perspectiva de sobrevivência ínfima e morte precoce. Sua mãe veio para alguns atendimentos psicológicos depois da morte de seu filho, o que subverteu a ordem que estava prescrita para os atendimentos. Uma vez que o bebê recebe alta hospitalar, não é mais acompanhado pelo psicólogo ou residente de psicologia da UTIN. Entretanto, diante da demanda de trabalho que essa mãe apresentou, um pedido para passar pelo enlutamento de seu filho, uma exceção foi aberta. A mãe fez o luto pela perda de Francisco no decorrer de algumas semanas de atendimento e naquela que se tornou a última sessão, falou: *“Não volto mais, esse é o último atendimento, consegui tirar as coisas dele no guarda-roupa e encaixotei para doar”*.

#### 4.4.2 Da discussão dos casos

Observei que alguns nomes se repetiam tanto na UTIN quanto no ambulatório de seguimento, era comum um grupo de nomes em bebês que passaram pela UTIN, tais como: Davi – em um caso ouvi da mãe que era ‘vida ao contrário’; Vítor/Victor e Vitória/Victoria como prenomes ou segundos nomes; nomes que tinham sonoridade e escrita diferenciada como Heythor. As grafias, as letras que compunham os nomes normalmente traziam uma marca muito singular daquela família. Cabe mencionar que os acréscimos, as mudanças se vinculavam a essa experiência da família com a passagem do bebê pela UTIN.

Os casos supracitados ilustram que o trabalho com os bebês internados no hospital, com seus familiares e com a própria equipe trouxe um indicativo de que aí existem sujeitos em constituição. Com o breve relato desses casos, retomo a questão sobre a prática com o significante naquilo que se articula com a noção de nome próprio diante do ambiente neonatal, resgatando como Lacan (1961-62/2003) assevera esse conceito. Ele nos diz que o nome próprio tem valor de significante, como um ponto de amarra de onde o sujeito se constitui, uma marca de sua

constituição psíquica transmitida pelo Outro, enquanto uma inscrição desejante, no qual seu desejo está sempre alienado ao desejo do Outro. Ademais, com Melman (2009), o nome próprio demarca a inserção do bebê numa descendência, numa cultura e novela familiar.

Ao nomear alguém, há aí um endereçamento a um outro, palavras dirigidas que dão o suporte para que a vida se dê. Dito de outro modo, uma aposta de sujeito no *infans* que luta para sobreviver ou sucumbe. O nome dado, essa marca que faz referência, circula entre os significantes, funcionando como um chamado, uma convocação, traz a possibilidade de instituir um sujeito, para qual o olhar e a fala do Outro se dirigem. A escolha do nome advém de uma falta, uma incompletude que permite que algo aí se enganche, circule. Uma falta nos pais que abre lugar para a inscrição de um novo falante.

Sofia Vitória, Ellen Vitória, Ryan/Francisco foram recém-nascidos que trouxeram em seu corpo marcas de inscrições familiares, de como o desejo do Outro opera na transmissão de significantes o caminho para sua constituição subjetiva. A escolha de seus nomes, dos possíveis significados que eles carregam, está sublinhada por questões que vão além de um saber ou vontade consciente. A sintomatologia (doenças crônicas, más-formações, prematuridade) imputada a cada um deles passou pela condição desejante em que seus pais estavam inscritos, dos quais pouco ou nada sabem, pois se refere a uma dimensão inacessível e indizível. Esses nomes enquanto marcas singulares, pontos de amarra de sujeito, sendo modificados, enxertados, carregam traços desse indizível.

O Ryan que vira Francisco teve seu nome modificado para portar nele o registro de uma descendência, o peso de uma filiação, a expectativa de sustentar na sua breve vida o nome de seu pai. Melman (2009) revela que uma filiação simbólica consiste na inscrição do filho numa linhagem, numa descendência familiar. A Sofia – cuja Vitória está no registro do nome, mas é esquecida na fala materna – sinaliza uma tentativa de se mostrar diante de uma cobertura mortífera que a mãe lhe dá, gritando (através dos aparelhos que medem seus sinais vitais) o quanto o contato pele a pele, sem nenhuma borda, com essa mãe lhe desestabiliza. A Vitória, que se torna Ellen Vitória, ao ser convocada e contada na e a partir da convivência familiar dentro do espaço da UTIN.

Foi com a prática a partir de acolhimentos, acompanhamentos e atendimentos psicológicos, referidos aos limites institucionais, que pude vivenciar cada uma dessas situações e me questionar sobre as construções possíveis diante da incógnita que cada bebê colocava. O trabalho clínico com bebês pressupõe a escuta de suas mães e pais, esse elemento foi norteador e, por vezes, aspecto dificultador de chegar a falar com os bebês e me dispor a ouvi-los. Seus pais falavam, mas eles não eram a única voz do bebê. Sua 'voz' não estava em palavras, mas numa linguagem de outra ordem, muitas vezes especificamente corporal. Entretanto, escutar os pais tinha seu fundamento e seu lugar. O paciente no setor de neonatologia, sem dúvidas, é o bebê, mas, como foi dito, a especificidade de sua clínica requer o acompanhamento de sua família e isso traz alguns desdobramentos.

Entre eles, é preciso que aquele, tido como usuário ou paciente no contexto hospitalar, demande um tratamento e se disponha a falar. O bebê que passa pela UTIN ainda não fala, mas se cerca dos que falam sobre ele e com ele. E a esses, era preciso ouvir deles se havia um pedido de tratamento, acompanhamento psíquico. Foi comum a demanda de alguns profissionais e principalmente dos chefes dos setores de neonatologia pela escuta psicológica em casos nos quais os pais incomodavam a equipe por sua ausência, pela não obediência às normas e instruções, bem como situações de sobrevida ínfima dos bebês, além de determinadas enfermidades dos pais entranhadas de estigmas sociais, o HIV, por exemplo. Como se essas queixas fossem as reais demandas para o tratamento psicológico. Nunca eram.

O contexto hospitalar, tido como ambiente de adoecimento, digo, mais especificamente, a internação de um recém-nascido numa UTIN pode funcionar como um abalo na fantasia dos sujeitos – na janela que enquadra e conta suas histórias, seus sintomas sinalizando algo de suas realidades psíquicas –, promovendo uma espécie de desabamento interior que acarreta angústia (DRUON, 1999). Esse abalo pode ou não ser o indicativo para se engajar no acompanhamento que lhe é ofertado pelo serviço humanizado do hospital. Somente cada sujeito para se dizer e se engajar, tendo como pano de fundo um ambiente que escancara uma sintomatologia que faz cada bebê ali padecer. E, esse sofrimento é a margem que dá notícias de uma anterioridade simbólica, na qual significantes advindos do Outro (o inconsciente como discurso do Outro) marcam a constituição subjetiva do

lactente, o lugar que lhe é concedido, o qual ele vai responder em sua vida ou com sua morte.

Cabe ressaltar que o desmoronamento interior não é privilégio dos pais, mas é passível de acontecer com os membros da equipe na interação com esses pais, com os bebês e com suas famílias. A interação abarca hiatos, furos e equívocos. A questão desejante de cada sujeito emerge aí, visto que a equipe multiprofissional não está fora disso. Diversos conflitos ocorrem a partir das expectativas dos pais e daquilo que é possível para a equipe ofertar. É comum aos profissionais que lidam com os bebês se tornarem alvo de identificação e projeções dos pais e vice-versa.

Pelo meu percurso, enquanto outro desdobramento, em alguns casos o trabalho foi possível com as mães/mulheres, muitas delas ao falarem ou não de seus bebês, falavam delas. Aquilo que foi possível interrogar e marcar adveio a partir de seus discursos e do peso do ato de abrir a boca para falarem delas mesmas.

Quanto ao labor com os bebês, o olhar e a escuta com eles aconteceu, assim que me dei a conta de incluir o bebê nesse processo, no trabalho. Foi possível perceber um sujeito se constituindo em alguns bebês, a partir do olhar e da voz direcionados a estes. As manifestações de sua subjetividade ainda muito precoce, mas já marcante (em alguns casos) se davam em crises de falta de ar, no barulho, por vezes, incessante e ensurdecido dos aparelhos que mediam suas condições vitais, dentre outras formas. Assim, sua interação com quem se ocupava deles perpassava a simples condição de atividade/hipoatividade, respondente aos estímulos ou não. Alguns bebês se faziam presentes e vivos de modo nada convencional.

E foi com a práxis clínica com bebês internados na Unidade de Terapia Intensiva que se abriu uma série de questões teóricas e práticas, bem como uma gama de interrogações sobre os discursos que circundam e circunscrevem esses bebês. Pensar, ouvir e ler como a constituição do sujeito é possível e é dada continua sendo um desafio e um exercício. Acredito que o trabalho de escuta psicanalítica no hospital cria uma demanda antes velada, dá lugar de fala aos sujeitos e concede o espaço para quem se dispõe ao trabalho. O que daí advém? Significantes se organizando e reorganizando em cadeias, que, ao se repetirem no ato de falar, podem fomentar novos rumos e começos. Aqui, é válido dizer que de

onde o sujeito fala, ele é desejado e pode se inscrever numa dimensão desejante. Desse modo, no concernente a uma prática enquanto elemento norteador, algo se dá a cada vez e em cada caso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu da interrogação sobre uma possível influência da passagem de um bebê por uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal na constituição psíquica desse, tomando como referência o ato de nomeação da criança. Diante da prática como residente no trabalho com bebês e seus pais no setor de neonatologia, as alterações nos nomes eram comuns e isso trouxe questionamentos acerca da especificidade de uma internação imediatamente após o nascimento.

A psicanálise nos diz que a constituição da subjetividade de uma criança é permeada pela linguagem, por um investimento pulsional que o casal parental pode fazer ao lhe dirigir sua fala, dando-lhe um lugar no seu desejo. É no entremeio de significantes que o sujeito pode se constituir a partir do desejo do Outro, que o aliena para fundar num depois sua condição desejante. O falante advém dessas operações e nada sabe sobre o seu ser, passando sua vida marcado por isso que ele não sabe.

Aí, entra em cena a questão do nome próprio. O ato de nomear alguém se configura como uma aposta de sujeito nesse novo ser que vem ao mundo, deixando marcas as quais ele vai tomar como suas na constituição de sua subjetividade, buscando responder a elas.

A discussão sobre o nome próprio está diretamente ligada ao significante, mas um não se confunde com o outro. O nome próprio promove a entrada do sujeito numa rede de significantes transmitida pelo Outro, já marcada por sua inserção numa cultura, novela familiar. Sua relação com o significante se dá pela inscrição do desejo do sujeito enquanto alienado ao desejo do Outro, radicado no campo do Outro enquanto desejo do Outro. É esse desejo que concede ao sujeito um lugar no discurso, no laço social, sob a forma do nome próprio. Esse assume função de significante enquanto um ponto de amarração de algo que diga do sujeito.

Isso trouxe a questão do quanto a sobredeterminação inconsciente deixa suas marcas no ato de nomear um bebê e no peso que esse nome vai assumir na sua vida. Ele se constitui como um alicerce simbólico da criança que vem ao mundo alheia ao desejo do casal parental, mas que é marcada por esse desejo a partir de uma fala sobre si, anterior à sua própria fala e ao seu nascimento.

No processo de constituição subjetiva do novo ser, o nome designa uma particularidade, remete a possibilidade de identificação dos humanos, diferencia e pode conceder reconhecimento. Confere lugar numa linhagem, confirma uma descendência, ratifica um pertencimento a determinada família. E isso está dado antes que a criança organize um “Eu”, mas sua constituição egoica está sobredeterminada por isso.

Então, chegou-se à prática, tendo o método psicanalítico como referência, que situa a prerrogativa de que uma teoria advém da prática. O recorte do trabalho de residente ofereceu uma perspectiva de escarafunchar o processo de escolha do nome, bem como seus desdobramentos diante do cenário de uma UTIN, um ambiente que escancara incertezas e desamparo diante da fragilidade da vida. Tal prática mostrou que não há trabalho sem a inclusão do bebê a partir de uma aposta de um sujeito em constituição nele. Trata-se sim de escutar pais, familiares, no que eles dirigem sua fala a esse bebê, se e como eles o tomam como um filho, mas o diferencial de uma clínica com bebês é escutar que eles se expressam, respondem no que lhes é possível à convocação que lhes é feita sob diversas formas, inclusive sob a forma de seu nome. Os bebês prematuros e/ou de baixo peso emitem algumas manifestações subjetivas numa época tão precoce da vida, marcada pela prematuridade biológica e fisiológica. E tomar isso como ferramenta de trabalho foi crucial apontando um redirecionamento da prática.

Quanto à questão norteadora da dissertação – como a internação de um recém-nascido numa UTIN produz efeitos no ato de nomear um bebê – pode-se chegar à premissa de que houve efeitos bem particulares, em cada caso e a cada vez. Não há como tomar essa premissa como um universal e categorizar num grupo de bebês egressos da UTIN que tiveram nomes alterados (devido sua internação), mas é possível acompanhar e interrogar como essa passagem produziu efeitos. Naqueles que foram selecionados para compor os casos descritos aqui, ficou explícito que a passagem pela UTIN afetou a escolha dos nomes, no que foi falado por cada mãe e/ou pai. Num deles, o atributo de uma vitória era concedido ao nome como esperança de que aquele bebê pudesse superar as dificuldades e sair vitorioso na luta para sobreviver. Mas questões outras estavam imbricadas aí, questões inconscientes que faziam com que determinada mãe esquecesse de que havia uma Vitória no nome de sua filha. Isso comporta que o nome é mais que uma

marca identificatória, carrega traços e letras que ao aparecerem mostram que algo está oculto, algo de um não nascido que insiste em se dizer, remetendo à dimensão do inacessível.

Trabalhar com psicanálise requer laborar e sofrer os efeitos dessa dimensão, o que nos impede de encerrar saberes absolutos e tirar conclusões universais, tal como a ciência na universidade nos ensina a fazer. Traz a perspectiva de incluir um furo e partir daí, tendo a noção de que ele sempre vai se dar no discurso e na escrita, a cada vez. É o que dá margem ao ato do significante, de fala. É muito importante atentar para ele, uma vez que as coisas só existem no significante, a linguagem é o que lhes dá corpo.

Diante disso, no processo de escrita da dissertação, algumas noções não puderam ser trabalhadas na complexidade que elas possuem. Normalmente em psicanálise, um conceito puxa outro e outro e outro etc., podendo nos levar por caminhos bem diversos do planejado. Esse é um ponto para pensar a contribuição desse trabalho e deixar recomendação para produções futuras. O caminho traçado foi escolhido por diversas questões, mas outros rumos teóricos podem levar a conceituação do nome próprio. Enquanto uma contribuição, acredito que questionar o lugar conferido ao bebê na família e no hospital, reconhecendo-o como um sujeito que está se constituindo, referir-se a ele chamando-o pelo seu nome, faz diferença no cuidado humanizado e no tempo de internação. Como recomendação, aponta-se a relevância de um labor mais acirrado sobre os conceitos que foram pincelados, a partir das prerrogativas que foram abertas aqui.

Se a via que nos aproxima das coisas é a do significante, se é no ato de fala que temos alguma possibilidade de existir e a função significante é de um deslizamento metonímico, há sempre algo a mais a se dizer.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo-Peso: Método Canguru/ Manual Técnico*. 2 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BETHANIA, M. O nome próprio e a constituição do sujeito. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, jan./jun. 2014, p. 131-141.

CARVALHO, I. S.; CHATELARD, D. S. O nome: um direito ou um dever. *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 32, jun. 2016, p.139-142. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n32/n32a13.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

CRUZ, A. R. M.; OLIVEIRA, M. M. C.; CARDOSO, M. V. L. M. L.; LÚCIO, I. M. L. Sentimentos e expectativas da mãe com filho prematuro em ventilação mecânica. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [online], v. 12, n. 01, 2010, p. 133-9. Disponível em: [http://www.fen.ufg.br/fen\\_revista/v12/n1/pdf/v12n1a16.pdf](http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n1/pdf/v12n1a16.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

DRUON, C. Ajuda ao bebê e aos seus pais em terapia intensiva neonatal. In: D.B. Wanderley (Org.), *Agora eu era o rei: os entraves da prematuridade*. Salvador: Ágalma, 1999, p. 35-54.

FERNANDES, F. L. Sobre o nome próprio. *Colóquio "A operação do significante: o nome, o objeto, o objeto"*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2006. Disponível em: <http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/sobre-o-nome-proprio/>. Acesso em 03 de junho de 2016.

FERRETO, A. J. O nome de família no Brasil: que função? IN: ASSOCIATION FREUDIENNE INTERNATIONALE. *Um inconsciente pós-colonial, se é que ele existe*. Artes e Ofícios Editora: Porto Alegre, 2000.

FREUD, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

\_\_\_\_\_. (1901). O esquecimento dos nomes próprios. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 19-26.

\_\_\_\_\_. (1908), Sobre as teorias sexuais das crianças. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 189-204.

\_\_\_\_\_. (1912) A dinâmica da transferência. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 109-122.

\_\_\_\_\_. (1913). Totem e Tabu. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13-192.

\_\_\_\_\_. (1914). À guisa de introdução ao narcisismo. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004, p. 95-132.

\_\_\_\_\_. (1915a). As pulsões e suas vicissitudes. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004, p. 133-174.

\_\_\_\_\_. (1915b). O recalque. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004, p. 175-194.

\_\_\_\_\_. (1923a). Além do princípio do prazer. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, p. 123-198.

\_\_\_\_\_. (1923b). O Eu e o Id. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2007, p. 13-92.

\_\_\_\_\_. (1926-1929). Inibição, sintoma e angústia. *Sigmund Freud Obras Completas*, vol. XVII. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006, p. 10-98.

GURSKI, R; FERRARI, A. G.; SILVA, M. R. O sujeito sindrômico e a infância eternizada: um modo de penhasco? *Caderno de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, jul./dez. 2013, p. 127-142. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v35n29/a08.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2017.

KRODI, P. Cuidados Paliativos em neonatologia: à escuta do indizível. IN: KUPFER, M. C. M. & TEPERMAN, D. (Orgs.). *O que os bebês provocam nos psicanalistas*. Perdizes, SP: Escuta Editora, 2008. p. 115 a 133.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem. IN: *Escritos*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. (1956-57). *O seminário Livro 04: a relação de objeto*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. IN: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1957-58). *O seminário Livro 05: as formações do inconsciente*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. (1958). A significação do falo Die Bedeutung des Phaluu. IN: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1958-59). *O seminário Livro 06: o desejo e sua interpretação*. Zahar: Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. *A identificação: seminário 1961-1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, Publicação para circulação interna, out. 2003.

\_\_\_\_\_. (1960a). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade". IN: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1960b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. IN: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. (1963). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: J. Z. E., 2005.

\_\_\_\_\_. (1964). *O Seminário Livro 11: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise*. 2 ed. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *De um Outro ao outro: Seminário 1968-1969*. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2004.

\_\_\_\_\_. (1969-1970). *O Seminário Livro 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. (1972-1973). *O seminário, livro 20: Mais Ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEITE, H. P. Nutrição enteral em Pediatria. *Pediatria Moderna [online]*, v. 35, n. 7, jul 1999. Disponível em: [www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r0038&id\\_materia=793](http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r0038&id_materia=793). Acesso em: 15 de março de 2017.

LUSTOSA, P. R. A pesquisa em psicanálise: entre a técnica, a extensão e a intensão. *Estados Gerais da Psicanálise: II Encontro Mundial – Rio de Janeiro, 2003*.

MATHELIN, C. O trabalho com a equipe. IN: \_\_\_\_\_. *O sorriso de Gioconda: clínica psicanalítica com os bebês prematuros*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999, p. 81-114.

MELMAN, C. A fidelidade do nome próprio: sexualidade e morte. IN: \_\_\_\_\_. *Para introduzir a psicanálise nos dias de hoje*. Porto Alegre: CMC Editora, 2009.

RAMOS, H. A. C.; CUMAN, R. K. N. *Fatores de risco para prematuridade: pesquisa documental*. Escola Anna Nery Enfermagem, v.13, n. 2, 2009, p. 297-304.

ROSA, M. Lacan com Kripke: o real em jogo no nome próprio lido como um designador rígido. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 18, jan/jun 2015, p. 115-130.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 4, n. 2, set 2004, p. 329-348.

SOLER, C. Os nomes de identidade. *A identidade em questão*. Polo Oeste da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano: Rennes, 2007.

TESONE, J. E. Inscrições transgeracionais no nome próprio. *Jornal de Psicanálise*. [online], São Paulo, v. 42, n. 76, jun. 2009. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352009000100010&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352009000100010&script=sci_abstract) . Acesso em 02 de outubro de 2016.